

Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE OUTUBRO DE 1987

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
Carlos Pinto B. da Mota Torres
Apolónia Maria Pereira Teixeira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente, da apresentação de requerimentos, das respostas a alguns outros e da entrada na Mesa de diversos diplomas e de um voto sobre o Dia Mundial dos Idosos, apresentado pelo PCP.

Em declaração política, o Sr. Deputado Lopes Cardoso (PS) referiu-se à situação política actual e falou sobre as linhas que pautarão a actuação do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República, respondendo, no fim, a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Nogueira de Brito (CDS).

O Sr. Deputado Guerreiro Norte (PSD) alertou a Câmara e o Governo para os diversos problemas com que se defrontam os habitantes do Algarve.

O Sr. Deputado Linhares de Castro (PCP) criticou o Governo pela não viabilização da Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos, de Canas de Senhorim, respondendo, no fim, a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Fernando Marques (PSD).

O Sr. Deputado Marques Júnior (PRD) teceu algumas considerações sobre a deslocação do Sr. Presidente da República a Beja, respondendo, no fim, a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Nuno Deleure (PSD).

O Sr. Deputado João de Almeida referiu-se ao I Encontro sobre a Alta de Coimbra, organizado pelo Grupo de Arqueologia e Arte do Centro.

O Sr. Deputado Carlos Encarnação (PSD) recordou o 100.º aniversário da Associação Académica de Coimbra e associou-se às palavras do Deputado João de Almeida acerca do I Encontro sobre a Alta de Coimbra.

A Sra. Deputada Apolónia Teixeira (PCP) falou sobre os direitos dos idosos, reformados e pensionistas.

Ordem do dia. — Foi lida uma comunicação do Presidente da República, sobre a sua deslocação não oficial a Bruxelas, para receber o grau de doutor honoris causa pela Universidade Livre de Bruxelas.

Procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, do projecto de deliberação n.º 3/V (PCP) — Constituição da Comissão Eventual para a Regionalização do Processo Legislativo Relativo às Regiões Administrativas —, que foi rejeitado.

Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Mendes Bota (PSD), João Amaral (PCP), Narana Coissoró (CDS), António Gutierrez (PS), Carlos Brito (PCP), Maria Santos (Os Verdes), Carlos Lilaia (PRD) e Raul Castro (ID).

Finalmente, a Câmara aprovou a proposta de lei n.º 4/V — Autoriza o Governo a aprovar o Estatuto da Imprensa Regional —, tendo, a requerimento do PSD, baixado à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Adérito Manuel Soares Campos.
Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
António Augusto Ramos.
António de Carvalho Martins.
António Costa de A. de Sousa Lara.
António Fernandes Ribeiro.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Caciro da Mota Veiga.
António José de Carvalho.
António Maria Oliveira de Matos.
António Paulo Martins Percira Coelho.
António Rolcira Marinho.
António Sérgio Barbosa de Azcvedo.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
Arlindo da Silva André Moreira.
Arménio dos Santos.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Aurora Margarida Borges de Carvalho.
Belarmino Henriques Correia.
Carla Maria Tato Diogo.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Manuel Sousa Encarnação.
Carlos Sacramento Esmraldo.
Casimiro Gomes Pereira.
Cecília Pita Catarino.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Dinah Serrão Alhandra.
Domingos Duarte Lima.
Domingos da Silva e Sousa.
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
Fernando Barata Rocha.
Fernando Dias de Carvalho Conclição.
Fernando José Alves Figuciredo.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José R. Roque Correia Afonso.
Fernando Montciro do Amaral.
Fernando Sequeira Roriz.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Flausino José Pereira da Silva.
Francisco Jardim Ramos.
Francisco João Bernardino da Silva.
Francisco Mendes Costa.
Francisco Rodrigues Porto.
Gilberto Parca Madail.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Gomes Milhomens.
João Álvaro Poças Santos.
João Costa da Silva.
João Domingos F. de Abreu Salgado.
João Pedreira de Matos.
João José da Silva Maçãs.

João Manoel Ascenção Belém.
João Maria Ferreira Teixeira.
João Soares Pinto Montenegro.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
José de Almeida Cesário.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Augusto Ferreira de Campos.
José Augusto Santos Silva Marques.
José Francisco Amaral.
José Júlio Vicira de Mesquita.
José Lapa Pessoa Paiva.
José Leite Machado.
José Luís Bonifácio Ramos.
José Luís de Carvalho Lalanda Ribeiro.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
José Manuel da Silva Torres.
José Mário Lemos Damião.
José Mendes Bota.
José Mendes Melo Alves.
José Pereira Lopes.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Licínio Moreira da Silva.
Luís Amadeu Barradas Amaral.
Luís António Martins.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Filipe Meneses Lopes.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel João Vaz Freixo.
Manuel Joaquim Batista Cardoso.
Manuel Joaquim Dias Loureiro.
Manuel José Dias Soares Costa.
Manuel Maria Morcira.
Maria Assunção Andrade Esteves.
Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Moreira.
Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
Matias Manuel Lopes de Brito.
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
Nuno Francisco F. Delcure Alvim de Matos.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Gomes da Silva.
Rui Manuel P. Chancellerie de Machete.
Valdemar Cardoso Alves.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Virgílio de Oliveira Carniço.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
Alberto Alexandre Vicente.
Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Manoel Avclino.
Alberto de Sousa Martins.
Álvaro Jaime Neves da Silva.
António de Almeida Santos.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Fernandes Silva Braga.

António Manuel Oliveira Guterres.
 António Miguel Morais Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Fernando Ribeiro Moniz.
 Francisco Fernando Osório Gomes.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Barroso Soares.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.
 José Florêncio B. Castel Branco.
 José Manuel Lelo Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Torres Couto.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
 Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuél Caio Roque.
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 Álvaro Manuel Balseiro Amaro.
 António da Silva Mota.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo Brito.
 Carlos Campos Rodrigues da Costa.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 José Eduardo Linhares de Castro.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Ilda Costa Figueredo.
 Maria Luisa Rodrigues A. Garcia da Rosa.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 Natália de Oliveira Correia.
 Rui José dos Santos Silva.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Centro Democrático Social (CDS):
 Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Narana Sinai Coissoró.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):
 Herculano da Silva P. Marques Sequeira.
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à leitura do expediente.

Deu-se conta do seguinte

Expediente

Cartas

Da Associação de Pais da Escola Secundária da Sobreda, concelho de Almada, remetendo um exemplar da moção aprovada no dia 10 do corrente, relativamente à construção, em curso, do referido estabelecimento de ensino;

Da LIPAT — Liga de Profilaxia do Alcoolismo e Toxicomania, com sede no Porto, manifestando profundo sentimento de pesar pela perda do nosso colega deputado Nuno Meireles.

Ofícios

Da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, Assembleia Municipal de Paredes, Assembleia Municipal de Vila Verde e Câmara Municipal da Mealhada, todos capeando moções aprovadas nas respectivas autarquias, contrárias à pretensa instalação da lixeira nuclear em Aldeia-dávila;

Da Câmara Municipal de Santo Tirso e da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, protestando contra a extinção, respectivamente, dos Serviços de Cardiologia e Oftalmologia e Otorrinolaringologia em Santo Tirso e dos Serviços de Saúde no Hospital Distrital de Santiago do Cacém;

Do conselho municipal de Sintra, enviando moção aprovada por unanimidade na sessão extraordinária de 16 do corrente, sobre a manutenção do órgão autárquico no âmbito da próxima revisão constitucional.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à leitura dos requerimentos, das respostas a requerimentos e dos diplomas entrados na Mesa.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — Nas últimas reuniões plenárias foram apresentados os seguintes requerimentos: ao Governo (dois), formulados pelo Sr. Deputado Rogério Moreira; ao Ministério da Educação, formulado pelos Srs. Deputados Álvaro Amaro, Maria Santos e Sequeira Abrantes; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelos

Srs. Deputados Luís Roque, Ilda Figueiredo, José Lelo e Gilberto Madail; ao Ministério da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Vidigal Amaro e outros; ao Governo, formulado pelos Srs. Deputados João Amaral e José Magalhães; aos Ministérios das Finanças e da Administração Interna (dois) formulados pelo Sr. Deputado Roleira Marinho e outros; ao Governo (dois), formulados pelo Sr. Deputado Ferreira de Campos; ao Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação, formulado pelo Sr. Deputado José Manuel Mendes; à Secretaria de Estado da Segurança Social, formulado pelo Sr. Deputado Rui Silva; à Secretaria de Estado da Energia, formulado pelo Sr. Deputado Oliveira Carneiro; aos Ministérios da Educação e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formulado pelo Sr. Deputado Guerreiro Norte.

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados José de Almeida Cesário, na sessão de 28 de Agosto, e António Barreto, na sessão de 25 de Agosto.

Deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: ratificação n.º 3/V, apresentada pelo Sr. Deputado José Magalhães e outros, do PCP, relativa ao Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, que aprova o Código de Processo Penal e revoga o Decreto-Lei n.º 16 489, de 15 de Fevereiro de 1929; ratificação n.º 2/V, apresentada pelo Sr. Deputado Carlos Brito e outros, do PCP, relativa ao Decreto-Lei n.º 69-A/87, de 9 de Fevereiro, que actualiza o salário mínimo nacional para o ano de 1987.

Deram igualmente entrada na Mesa os projectos de lei n.º 62/V, da iniciativa da Sr.ª Deputada Maria de Lurdes Espanhol e outros, do PCP, propondo a elevação da Aldeia de São Bento à categoria de vila; 63/V, da iniciativa do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa e outros do PCP, relativo à reorganização administrativa da área do actual Município de Loures, com a criação, por desanexação, de dois novos municípios, Odivelas e Sacavém, e a criação das novas freguesias de Famões, Olival Basto, Ramada e Santo António dos Cavaleiros, no Município de Odivelas, e de Bobadela e Prior Velho, no Município de Sacavém; 64/V, da iniciativa do Sr. Deputado Adriano Moreira e outros do CDS, sobre a problemática de baldios; 65/V, da iniciativa do Sr. Deputado Adriano Moreira e outros, do CDS, sobre a Lei do Segredo de Estado; 66/V, da iniciativa do Sr. Deputado Adriano e outros, do CDS, sobre a Lei de Bases de Política Familiar; 67/V, da iniciativa do Sr. Deputado Adriano Moreira e outros, do CDS, sobre direito de associação dos menores de 18 anos; 68/V, da iniciativa do Sr. Deputado Adriano Moreira e outros, do CDS, que propõe alterações à Lei n.º 13/85, de 6 de Julho; 69/V, da iniciativa do Sr. Deputado Adriano Moreira e outros, do CDS, sobre a Lei de Bases da Regionalização.

Todos estes diplomas foram admitidos e serão consignados às respectivas comissões parlamentares.

Deu ainda entrada na Mesa um voto sobre o Dia Mundial dos Idosos, proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP, que oportunamente será distribuído.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como é do vosso conhecimento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reuniu-se, este último fim-de-semana, com o duplo objectivo de analisar a situação política (em particular na vertente parlamentar) e definir as grandes linhas que pautarão a sua actividade na Assembleia da República.

Não poucos parecem tentados a admitir que a nova relação de forças, criada com as eleições de 19 de Julho, tenderá a reduzir drasticamente o papel desta Assembleia.

Não é essa a leitura do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Um parlamento independente, actuante, capaz de exercer a missão fiscalizadora e a competência legislativa que, como órgão de expressão da vontade colectiva, lhe cabe é uma pedra de toque das democracias autênticas.

A maioria, por ser maioria e maioria absoluta, cabe a responsabilidade maior, não apenas no respeito pelas regras essenciais ao funcionamento democrático da Assembleia, que a necessária reforma do Regimento não poderá pôr em causa, mas também no esforço que importa realizar — e que tem que ser um esforço de todos — para a sua modernização.

Ninguém ignora que nem a imagem nem a eficácia da Assembleia da República correspondem ao papel que deve ser o seu.

Elo de todos o mais fraco na cadeia dos órgãos do poder democrático, resultado, em grande parte, da transparência do seu funcionamento, o reforço da sua imagem, como o reforço da sua eficácia, terá de ser procurado não em qualquer redução dessa transparência, mas na criação de condições que permitam que dela se possa legitimamente exigir o que das suas competências se espera. Enquanto assim não for, não se lhe peça tudo quanto a sua missão porventura comporta, mas que as condições de trabalho que se lhe oferecem — a ela no seu conjunto e a cada deputado de per si — tornam humanamente inalcançável.

A construção do Estado democrático passa pelo reforço da Assembleia da República — menos pelo reforço das suas competências, mais pelo reforço das condições que permitem o exercício pleno dessas competências.

É por isso que para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, neste reinício da actividade parlamentar (num quadro político novo e sem precedentes no pós-25 de Abril), a revisão das regras de trabalho da Assembleia e da sua orgânica constituem questões maiores, indissociáveis da arquitetura democrática do regime.

Partindo deste pressuposto, o Grupo Parlamentar do PS reafirma a sua total disponibilidade para o diálogo com todas as forças aqui representadas na tarefa colectiva de reforma da instituição parlamentar, de construção de um parlamento moderno e eficaz.

Mas o Grupo Parlamentar do PS opõe-se á todas as tentativas de limitação dos direitos das minorias, porque aceitá-las seria aceitar uma intolerável distorção aos princípios fundamentais que devem reger o funcionamento democrático das instituições.

Logo no início da sessão legislativa o Grupo Parlamentar do PS alertou para o facto de que mais do que nunca na nova situação política as regras da democracia exigem que «o Governo recuse o recurso sistemático ao automatismo das decisões que a maioria lhe garante e aos pedidos de autorização legislativa que subtraem ao debate as grandes questões e limitam a capacidade de intervenção da Assembleia no domínio legislativo».

Há que reconhecer que a experiência destas curtas semanas de actividade parlamentar não é tranquilizadora quanto ao uso (ou abuso) que o Governo fará dos pedidos de autorização legislativa, nem quanto à forma como procurará recorrer ao «cutelo» das decisões impostas de forma expedita, melhor diria de forma expeditiva, pela maioria de que dispõe.

Como encorajadora não é quanto ao modo como essa maioria entende o diálogo e a procura de consensos

mínimos naquelas matérias que, sendo estruturantes do próprio sistema, exigem a busca desses consensos.

Que outra coisa dizer da celeridade com que o Governo veio propor a revisão da Lei n.º 28/87 — que abre um necessário terreno para o exercício da acção fiscalizadora da Assembleia em matéria de assuntos europeus —, não no sentido de a corrigir onde mereça ser corrigida, de a melhorar onde mereça ser melhorada, mas a sua pura e simples revogação?

O Grupo Parlamentar do PS não assistirá indiferente ao consolidar desta prática esboçada pelo Governo e pela maioria.

O Grupo Parlamentar do PS não abdicará da sua iniciativa legislativa nem renunciará à discussão aprofundada das iniciativas alheias (incluídas, é óbvio, as do Governo e da maioria — assim existam condições para o fazer), independentemente das perspectivas de êxito que a conjuntura abra ou não aos seus pontos de vista.

Do mesmo modo que, não se esgotando a actividade parlamentar na sua componente legislativa, o Grupo Parlamentar do PS não poupará esforços com vista à dinamização do trabalho das comissões parlamentares, com especial atenção para o seu papel no domínio da fiscalização dos actos do Governo, e não deixará de contemplar nas suas propostas de alteração do Regimento e da Lei Orgânica as medidas necessárias para dotar as comissões dos meios, das competências e da dignidade necessários ao exercício pleno dessas funções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para o Grupo Parlamentar do PS o papel das minorias, como o papel da oposição, não é, em democracia, um papel menor.

A existência de minorias e da correspondente estabilidade é um valor que a democracia não pode rejeitar, mas só é um valor autêntico quando nasça do sentimento e da vontade do eleitorado e não da distorção e manipulação do modo como essa vontade e esse sentimento se exprimem e traduzem.

Daí que as minorias sejam, em democracia, tão essenciais como as maiorias. As minorias para além de serem, em cada momento, um travão necessário, são também, em cada momento, quanto alternativas de poder, a prefiguração da indispensável alternância.

É nesta óptica que o Grupo Parlamentar do PS se afirma como oposição e oposição sem concessões, mas também como alternativa necessária à alternância que é da essência mesmo dos regimes democráticos.

É nesta perspectiva que o PS se recusa a ter da oposição uma visão negativa.

O PS será oposição porque se não conforma com a «situação» que aceita, porque expressão democrática da vontade do eleitorado, mas que como alternativa que é, combate com igual legitimidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PS considera a revisão constitucional como uma etapa de extrema importância para o aprofundamento do regime democrático.

Mas o PS não dissocia a revisão constitucional da discussão e aprovação de um conjunto de leis para-constitucionais que assegurem o real equilíbrio de poderes e perservem as condições de efectiva alternância democrática.

Acrescentarei que não se trata para o PS — como alguns pretendem afirmar — de procurar conquistar, por via da revisão constitucional, um poder acrescido e uma capacidade de intervenção alargada, em relação a que teria em resultado do sufrágio universal.

Trata-se, bem mais simplesmente, de uma consequência necessária da interpretação que o PS faz da revisão constitucional e do entendimento, que é o nosso, de que ela se não esgota em si mesma.

Há normas que pela sua natureza, estruturante do estado democrático, condicionam decisivamente a prática constitucional e não podem ser ignoradas no momento de revisão, sob pena de ser subvertido o próprio sentido dessa revisão.

O PS está disposto a contribuir para dar à Constituição uma legitimidade social acrescida, resultado de uma mais larga aceitação consensual. Mas isso não significa que o PS se deixe arrastar para um debate conforme a estratégias «reducionistas» que a encaram como um mero ajuste de contas ideológico, emblemático e patrimonial.

Para o PS, ainda que haja, e há, ajustamentos necessários na letra da Constituição, o essencial não é isso. O essencial será fazer da revisão um momento de lançamento, garantia e desenvolvimento, de uma prática constitucional mais responsável e eficaz em defesa dos direitos dos cidadãos e das regras de transparência e equilíbrio que a Constituição reconhece e que importa acautelar.

E esta necessidade é tanto mais sentida — não o escondemos — quanto a existência de uma larga maioria torna mais evidente a fragilidade de certos dispositivos.

Para o PS a revisão não será o mercadejar de um longo articulado constitucional, complementado por outros articulados, concebidos para reforçar a sua capacidade de negociação, nem o seu voto final será determinado por um qualquer balanço de perdas e ganhos conseguidos nesse processo.

O PS reafirma-se pronto ao diálogo e aberto à procura de consensos onde sejam possíveis.

Mas o PS manter-se-á intransigente na defesa daquilo que para ele são princípios e regras essenciais a um estado de direito democrático, capazes de garantirem os direitos fundamentais — políticos, sociais e económicos.

O PS está aberto à revisão constitucional mas não a qualquer revisão.

O PS está aberto a uma revisão que conduza ao aperfeiçoamento do Estado democrático; o PS não está aberto a uma revisão feita à revelia das cautelas necessárias para que se garanta uma prática conforme com os objectivos dessa mesma revisão.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Deputado Lopes Cardoso, ouvi com atenção a sua intervenção, tal como merecia ser ouvida e como, aliás, o merecem todas, e verifiquei que V. Ex.^{as} — e não quero dizer «repetiu» porque essa palavra tem uma conotação um pouco desagradável que não quero, de forma alguma, empregar à minha pergunta em relação à sua intervenção — veiculou de novo a ideia do Partido Socialista no sentido de que a revisão constitucional não se esgota nela própria, é necessário considerar outros diplomas hoje em dia qualificados como leis ordinárias, mas que, no entender de V. Ex.^{as}, são igualmente estruturantes da vida política portuguesa e que, portanto, devem ser consideradas em conjunto.

O CDS tem rigorosamente a mesma ideia sobre a hierarquia das leis nesse sentido. Simplesmente, verte essa ideia no seu próprio projecto de revisão constitucional. Como pensa fazer o Partido Socialista? Pensa utilizar essa ideia para subordinar a sua posição na revisão constitucional à eventual posição de outros partidos em relação

a outra legislação ou pensa também vertê-la no seu próprio projecto de revisão constitucional? Isto é, essa ideia vai ser um pretexto para transformar a revisão num negócio ou não se retira nenhuma da dignidade e da importância que a revisão constitucional, sem dúvida, deve ter?

É este o esclarecimento que gostava de obter por parte do Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, em primeiro lugar, quero dizer que não me senti nada «ferido» por V. Ex.^º ter dito que eu tinha repetido. Houve alguém que disse — e julgo que com alguma razão — que em política quem se não repeete corre o risco de se contradizer.

Quanto à questão que o Sr. Deputado colocou, devo dizer que não consideramos que, de alguma forma, se possa diminuir a importância da revisão constitucional quando afirmamos e entendemos que ela se não esgota em si própria e que tem de ser concebida num quadro global mais vasto. Tive ocasião de dizer que não encaramos a revisão constitucional como um mercadejar de articulados nem do próprio articulado da Constituição nem do articulado ou de outras normas de natureza paraconstitucional. Não será um jogo de «tomá lá um artigo, dá cá dois», pois não é esse o nosso objectivo.

Como referi, o nosso voto final será condicionado não por esse balanço — e aqui queria dar-lhe uma carga nitidamente pejorativa — entre ganhos e perdas ao longo do processo, mas pelo juízo que fizemos da globalidade da revisão e de tudo quanto consideramos que está nitidamente ligado a essa revisão.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guerreiro Norte.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho mais de doze anos de exercício efectivo do cargo de deputado, sendo por essa razão decano do PSD nesta Assembleia e um dos poucos que aqui permanecem desde 2 de Junho de 1975.

Essa circunstância deu-me a oportunidade de assistir e participar nas mais diversas coligações políticas no quadro parlamentar, encontrando-me pela primeira vez numa situação completamente nova, caracterizada por uma maioria confortável do meu partido, que suporta um governo homogéneo e unipartidário de rumo coerente e definido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pareceria pois, à primeira vista que pelo facto de um partido ser detentor da maioria absoluta retiraria, de algum modo, poder reivindicativo aos seus deputados, que se limitariam a uma actuação passiva, aparentemente determinada pela assunção da nova realidade conjuntural.

Julgo, contudo, que isso em nada alterará o nosso comportamento e a nossa postura, já que ela será necessariamente pautada pela defesa dos superiores interesses do País, aliás única razão da nossa presença aqui.

Sou natural e residente no Algarve (e por esse círculo sempre eleito) e porque tenho plena consciência da pesada responsabilidade que esse facto representa, ninguém recriminará o natural interesse em comunicar a esta

Câmara — lídima representante do povo português — de quais os obstáculos e estrangulamentos que se deparam ao seu desenvolvimento e a urgência de os superar, tendo em vista o melhoramento da qualidade de vida dos seus habitantes.

Sr. Presidente Srs. Deputados: O Algarve constitui um pólo de desenvolvimento económico cada vez maior e mais significativo e a sua importância no contexto da realidade nacional vem-se afirmando de forma inegável.

Sem menosprezar as componentes agrícola e piscatória nem ignorar os seus aspectos comercial e industrial, a sua verdadeira grandeza advém da espectacular projecção turística que o alcandorou aos galerins da fama internacional.

Mas se é certo que o Algarve deve muito ao sector turístico, que lhe imprimiu um cunho especial simbolizado numa maneira de ser própria, com evidentes reflexos no comportamento e no *modus vivendi* dos seus habitantes, também é verdade que esse estatuto acarretou-lhe novos problemas, que vêm originando situações de desequilíbrio sócio-cultural prejudiciais ao bem-estar da comunidade.

Refiro-me essencialmente à situação problemática em que se encontram os de residência permanente nas zonas de maior incidência turística, que suportam custos que pouco ou nada têm a ver com a sua realidade quotidiana.

Esse assistem impotentes a uma desenfreada especulação e a um desmesurado aumento do custo das suas necessidades básicas, como são a habitação e a alimentação.

É caso, Srs. Deputados, para perguntar qual o tipo de subsídio para este estrato populacional: insularidade ou interioridade?

Não esqueço também o substancial aumento de criminalidade provocado pelo fenómeno turístico, não só pelo caldeamento e difícil relacionamento de gentes e povos oriundos das mais diversas regiões do País e estrangeiro, mas, sobretudo, porque esse ambiente propicia um tipo de vida mais fácil e sedutor, conducente actividades marginais que põem em causa a segurança das pessoas e dos bens.

São problemas particularmente graves e sérios que o Governo não pode deixar de tomar em consideração e que estou certo encontrará as soluções adequadas no âmbito da actividade específica da cada ministério.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: São notórias e conhecidas as ingentes carências estruturais existentes no Algarve, que travam o seu crescimento, bloqueiam gravemente o seu progresso e impedem um correcto e integrado desenvolvimento.

E a premência da sua implementação é tão evidente que sem esforço de raciocínio as reputamos de prioridades fundamentais, porque surgem aos olhos dos algarvios como expoentes de exigência colectiva.

É o que, nomeadamente, acontece com a imprevisível construção da tão propalada via rápida Vila Real de Santo António-Lagos, única alternativa válida e eficiente ao caótico e infernal trânsito que circula na estrada nacional n.º 125. A sua configuração, que mais se assemelha a uma autêntica via urbana, não responde minimamente às reais necessidades da região e contribui mesmo para uma certa paralisia e blocoio da sua actividade económica.

Ressalta também como prioridade indiscutível a cobertura adequada e eficaz de uma rede de cuidados de saúde em todo o Algarve, que permita satisfazer os seus 370 000 habitantes e responder cabalmente às inevitáveis necessidades de mais de um milhão de pessoas que nos visitam nos meses de Verão e que obrigatoriamente têm que merecer a nossa melhor atenção.

Nesta perspectiva impõe-se uma maior e mais racional utilização dos recursos humanos e materiais existentes no

Hospital Distrital de Faro e vislumbra-se ainda uma justificação ponderosa para a construção de um novo moderno hospital em Portimão, que servirá os importantes concelhos de Portimão, Lagos, Vila do Bispo, Aljezur, Lagoa, Monchique, Silves e Albufeira.

Tal medida, há largo tempo defendida pelos principais responsáveis do sector, aliviaria consideravelmente a permanente situação afeita que se vive nos meses de Verão no Hospital Distrital de Faro.

É que, Srs. Deputados, o Barlavento algarvio é, de longe, a região turística mais importante do País, e a sua população, que triplica nessa época, não se sente apoiada numa unidade hospitalar com valências próprias, indispensáveis e inerentes ao seu condigno funcionamento; tal facto não só não nos enaltece como minimiza a nossa imagem aos olhos de quantos nos visitam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Numa altura em que existe maior sensibilização e uma compreensão geral para as injustiças resultantes dos diferentes graus de desenvolvimento das diversas regiões do País (que têm a sua origem em assimetrias estruturais), não podemos esquecer que essa realidade, infelizmente, tem uma grande repercussão no Algarve.

Quem minimamente conhecer o distrito de Faro depara com três realidades morfológicamente distintas, com um desenvolvimento muito dispar: o litoral em franco desenvolvimento, o barrocal com alterações insignificantes e a serra em estado de completo atraso.

É imperioso eliminar tais desniveis, aproximando cada vez mais as suas parcelas, incutindo uma maior solidariedade entre as suas gentes, de modo que o Algarve tenha uma maior uniformização no seu progresso.

Como algarvio de corpo inteiro, bato-me por esse objectivo, porque traduz um anseio comum à maioria dos algarvios e significa uma justa e louvável reivindicação do melhoramento das condições de vida das populações mais desfavorecidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Trouxe a esta Câmara alguns problemas que afectam o Algarve. Embora haja quem questione a importância e a círcicácia destas intervenções, continuo a pensar que têm plena actualidade, uma vez que a voz do deputado se reveste de um profundo sentido democrático, porque assenta e deriva de um suporte eleitoral, conferindo-lhe uma dignidade político-institucional indiscutível e cuja audição é indispensável à resolução concreta dos problemas do País.

Alausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Linhares de Castro.

O Sr. Linhares de Castro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 5 de Novembro de 1986 a EDP corta o fornecimento de energia eléctrica à Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, de Canas de Senhorim, pondo em risco o emprego de 600 trabalhadores que, ao longo deste último ano, sobreviveram à custa da venda dos stocks da empresa.

Começou neste dia um rocambolesco processo, em que o governo de Cavaco Silva e o PSD se atoram sem apelo nem agravo. O Governo manteve-se impassível. Ignorou as propostas dos trabalhadores, das autarquias locais e do vasto movimento social que a situação desencadeou. Ignorou a Assembleia da República, recusando-se, sistematicamente, a prestar informações ou a adiantar as propostas governativas. Hoje percebe-se melhor porquê. Esta situação atingiu um ponto alto quando a Secretaria de Estado da Energia

notificou recentemente os credores da recusa do Governo em colaborar na viabilização da empresa através da bonificação da tarifa de energia eléctrica.

Era uma espécie de golpe de misericórdia, de piedosa misericórdia, talvez para explicar, na prática, o que o Primeiro-Ministro quis dizer nesta Câmara quando, no discurso de apresentação do Programa do Governo, afirmou: «Outra das reformas de fundo [...] será a modernização da legislação laboral [...] Trata-se de incentivar a criação de novos postos de trabalho, garantir mais estabilidade no emprego [...]»

As palavras são o que são e valem o que valem. Perguntarão as centenas de trabalhadores da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, em vias de despedimento, quanto valem e o que significam estas afirmações que o Sr. Primeiro-Ministro aqui proferiu, quando sabem que o que o Governo objectivamente fez foi precipitar a Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos numa situação de falência ou de redução da produção, que levará inevitavelmente ao despedimento, no mínimo, de 400 pessoas.

A dolorosa realidade, o pesadelo que abala a população de Canas de Senhorim, levará ainda a reflectir sobre os vendedores de falsas ilusões, sobre os que sacodem esperanças para inqualificáveis manobras eleitoralistas.

Outra vez, porque as palavras são o que são e valem o que valem, permitam-me, Srs. Deputados, que recorde o que em 4 de Julho — quinze dias antes das eleições, lembre-se — um então Sr. Deputado do PSD disse aos microfones de uma rádio local: «O problema dos Fornos Eléctricos está praticamente resolvido, podemos mesmo considerá-lo resolvido.» E, provavelmente porque se estava em período eleitoral, acrescentou arrebatadamente: «o PSD e os seus deputados não têm usado, nunca usaram e nunca usarão a situação dramática dos trabalhadores dos Fornos Eléctricos para fazerem aproveitamento político.»

Que dirá hoje este Sr. Deputado?

Eleições passadas, caçados os votos, a Secretaria de Estado da Energia explica porque não é possível a redução da tarifa de energia e, volta a citar: «Na linha do Programa do Governo e dos acordos assumidos internacionalmente pelo Estado Português, não são possíveis intervenções estatais que venham a distorcer as condições de concorrência.»

Então os senhores, no PSD, só leram os acordos depois das eleições?

A vida mostra — e bem depressa — que os compromissos pré-eleitorais rapidamente se transformam para o PSD no «dito-por-não-dito».

Mas a vida também mostra, quotidianamente, que a política do Governo vai ao arreio dos interesses dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas e se vira para o lado dos interesses dos grandes capitalistas e dos grupos financeiros nacionais e estrangeiros.

Cheira a inaudita hipocrisia a afirmação do Governo de que está em preparação um programa de emergência para apoiar os trabalhadores que vierem a ser despedidos.

Não é por acaso que quando está presumivelmente na forja uma «viabilização» à custa dos trabalhadores, com as incutíveis consequências sociais para o distrito e para a região, que se perfilam na grelha de partida dos interessados da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos alguns grupos multinacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Deve ficar claro que, no caso da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, o Governo aliciou a defesa dos interesses nacionais num sector estratégico em que Portugal poderia competir eficazmente com concorrentes estrangeiros.

Este caso exemplar faz-nos entender bem o que o Sr. Primeiro-Ministro quis dizer a esta Assembleia quando afirmou que todos sabem «melhor com o que podem contar e como dar por corpo às suas aspirações em termos de realização individual e colectiva».

O que o Sr. Primeiro-Ministro se esqueceu de dizer é que, pelos vistos, a aprendizagem tem de ser dolorosa e deve mergulhar o povo português numa complicada teia de incertezas e de insegurança. Melhor do que ninguém, sabe-o hoje a população de Canas de Senhorim.

Esta situação não pode concretizar-se. A Assembleia da República, tal como no passado, não pode ficar indiferente ao futuro das centenas de trabalhadores com ameaça de despedimento na Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos. O Grupo Parlamentar do PCP não deixará de tomar as pertinentes iniciativas para que sejam salvaguardados os direitos e interesses destes trabalhadores da empresa e da economia nacional.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Marques.

O Sr. Fernando Marques (PSD): — Sr. Deputado Linhares de Castro, ouvi com muita atenção a sua intervenção. Creia que, naturalmente, todos nos preocupamos com a criação de condições para que a todos os Portugueses seja possível o acesso a emprego digno, que lhes permita uma vida digna, bem como às suas famílias.

No entanto, também não temos dúvidas que as empresas, tal como as pessoas e as instituições nascem, crescem, vivem e, muitas vezes, morrem. Quando há empresas que têm determinados sectores que acabam por não poder continuar a viver, ou, melhor, quando esses sectores por continuarem a viver durante mais algum tempo poderão ser a consequência da morte da própria empresa, pensamos, naturalmente, que é preferível amputar esse órgão doente do que mantê-lo para que sobreviva mais alguns dias, porque isso pode vir a ocasionar a morte da empresa.

De qualquer forma, o Sr. Deputado referiu-se à actuação de deputados do PSD e também à do Governo, criticando-as muito.

O meu pedido de esclarecimento é no sentido de saber se o Sr. Deputado tem conhecimento de um telegrama enviado pelos trabalhadores da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, com data de 16 de Outubro de 1987, que deu entrada nos diferentes grupos parlamentares em 19 de Outubro, e que diz o seguinte: «Os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos congratulam-se com a não concretização da falência e com as novas perspectivas que se abrem para uma solução positiva que salvaguarde o futuro da empresa e de todos quantos dela dependem. Em consequência, saúdam a maneira interessada manifestada pelo Governo e pelos credores para esta nova situação».

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Linhares de Castro.

O Sr. Linhares de Castro (PCP): — Sr. Deputado Fernandes Marques, vou ser muito breve. Conhecia de facto o telegrama que o Sr. Deputado referiu, mas penso que,

mais do que o telegrama, é importante que o Sr. Deputado vá a Canas de Senhorim e fale com os trabalhadores, pois eles dar-lhe-ão a resposta que o senhor precisa.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Presidente da República, na sequência de outras iniciativas relativas à chamada «Presidência aberta», deslocou-se desta vez a Beja. Somos informados, através dos meios de comunicação social, em especial a RTP, de que quase todo o Governo acompanhou o Sr. Presidente da República nos contactos diversificados que terá para o conhecimento mais profundo da realidade alentejana.

É natural que o Sr. Presidente da República não tome posição, para além das boas intenções, sobre as grandes dificuldades que se vivem no Alentejo, nomeadamente as razões estruturais e conjunturais que têm colocado, desde sempre, esta região de Portugal na ordem do dia, o que agora mais uma vez acontece relativamente ao problema sempre actual da reforma agrária.

O Dr. Mário Soares vai por certo ultrapassar o seu relacionamento político com o Alentejo, apostando nos valores culturais alentejanos, evitando, deste modo, tomar conhecimento e posição relativamente aos problemas e conflitos que se vivem, no concreto, no Alentejo.

Não vai ser fácil aos trabalhadores alentejanos esquecer que o actual Presidente da República foi, durante anos e anos importantes, o primeiro-ministro deste país e que nessa qualidade o pragmatismo de governação terá implicado certas decisões que afectaram grandemente a realidade social alentejana.

Por outro lado, o Dr. Mário Soares é hoje Presidente da República, o que lhe garante o estatuto diferente do do principal responsável pela governação, embora em condições privilegiadas para compreender a actuação do Governo, enquanto os trabalhadores alentejanos não esquecendo compreendem também que o Dr. Mário Soares já não é o primeiro-ministro.

Qual, então, a importância da visita do Presidente da República ao Alentejo?

Pensamos que esta visita pode ajudar a resolver problemas muitos importantes se, e na medida em que conseguir, por exemplo desbloquear o projecto da barragem do Alqueva ou o projecto integrado das pirites alentejanas ou, ainda, o plano de recuperação do degradado centro histórico de Beja.

É nisto que querem acreditar os Alentejanos e é neste sentido que todas as forças políticas, e em especial o Governo, se devem empenhar para que não se sinta defraudado nas suas expectativas um povo que tem sido tão sacrificado e que continua a ser um factor predilecto das lutas políticas que se fazem muitas vezes para tirar dividendos que nada têm a ver com esta região, que é uma das mais pobres, talvez a mais pobre, como disse à RTP o Sr. Presidente da República a propósito desta sua visita.

Esta visita é também a oportunidade para que a comunicação social dê a conhecer melhor a realidade alentejana. Fazemos votos para que essa realidade seja mostrada em toda a sua dimensão e verdade e que não seja só, e mais uma vez, uma realidade deturpada e viciada, conforme as ópticas particulares com que é vista.

A visita do Sr. Presidente da República cria, naturalmente, uma grande expectativa. Que esta expectativa não seja ilusória e que a verdade alentejana, na sua dura realidade, possa ser levada a todo o País para que melhor se compreenda a solidariedade que é necessária entre todos, porque todos somos portugueses interessados em que Portugal encontre o caminho do futuro.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Deleure.

O Sr. Nuno Deleure (PSD): — Sr. Deputado Marques Júnior, é evidente que, da sua intervenção, transparece uma animosidade clara em relação ao Sr. Presidente da República, o que não me espanta.

Fiquei em dúvida em relação a uma de duas hipóteses e gostaria de lhe perguntar se o Sr. Deputado está contra a presidência aberta do Dr. Mário Soares ou se só está a favor da presidência aberta do Dr. Mário Soares se for o Sr. Deputado a definir o programa do Presidente da República?

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Sr. Deputado Nuno Deleure, só estou, de facto, contra a má interpretação das minhas palavras que, eventualmente, os meus colegas deputados possam ter feito.

Relativamente àquilo que o Sr. Deputado referiu como «uma certa animosidade contra o Sr. Presidente da República», gostaria de lhe dizer que isso não é verdade, pois não tenho nenhuma animosidade contra o Sr. Presidente da República.

Discordei, naturalmente, de algumas decisões que o Sr. Dr. Mário Soares tomou enquanto primeiro-ministro, mas penso que isso é natural.

Fiz a minha intervenção no sentido de apelar a todas as forças políticas para que, efectivamente, a visita e a presidência aberta do Sr. Presidente da República não sejam só uma coisa muito bonita em termos teóricos, mas que, na realidade, possam contribuir para resolver muitos dos graves problemas que se vivem no Alentejo.

Se, efectivamente, se conseguir, com esta visita do Sr. Presidente, este desiderado, dar-me-ei por muito feliz e satisfeita. O apelo que faço a todas as forças políticas representadas nesta Assembleia é no sentido de que possibilitem localmente e por todos os meios que da visita do Sr. Presidente da República não se diga apenas que «foi uma visita muito simpática e muito agradável», mas que também se possa dizer, no futuro, que alguns dos problemas foram resolvidos naturalmente, como o Sr. Presidente da República tem dito, com a participação determinante do Governo.

Pensamos que é, naturalmente, da responsabilidade do Executivo resolver estes problemas. Se assim suceder, eu, que sou deputado de um partido da oposição, ficarei muito satisfeita e dar-me-ei por muito feliz. É este, de facto, o meu desejo!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João de Almeida.

O Sr. João de Almeida (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos passados dias 23, 24 e 25 realizou-se em Coimbra o designado I Encontro sobre a Alta de

Coimbra, organizado pelo Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, organismo este que há dez anos tem vindo a desenvolver todo um conjunto de louváveis iniciativas culturais merecedoras do nosso reconhecimento.

Povos celtas acantonados neste cabeço sobranceiro ao rio Mondego, e que dava pelo nome de Aeminium, terão dado origem ao que mais tarde, no tempo do imperador romano Constantino Cloro, se viria a chamar Civitas Aeminiensis. Estrategicamente situada na importante via romana de Braga a Lisboa, é alvo de permanentes e duras lutas pelo seu domínio, chegando, séculos depois, a ser «o foco mais poderoso de moçarabismo na região ocidental», no dizer de Gómez-Moreno. Esta cidade do moçárabe Senando (por recompensa de Fernando Magno) viria mais tarde a desempenhar funções de capital do reino de Portugal e albergar no seu seio uma das mais velhas e prestigiadas universidades da Europa.

A importância cultural deste longícuo núcleo castrejo celta, hoje Velha Alta de Coimbra, está indissociavelmente ligada à sua antiga universidade, fundada em 1 de Março do ano de 1290, por carta régia lavrada em Leiria pelo rei D. Dinis e confirmada no mesmo ano pela bula do papa Nicolau IV. Ao longo de vários séculos a Universidade de Coimbra tem desenvolvido actividades científico-culturais com uma dimensão tal que extravasou o âmbito nacional para assumir dimensão universal, arrastando consequentemente para a mesma esfera toda a riqueza arquitectónica nela existente.

No seu todo, a Velha Alta de Coimbra agrupa características ímpares que a identificam e distinguem sob vários aspectos: cultural, social, arquitectónico, topográfico e monumental, oferecendo neste particular um riquíssimo painel dos vários estilos, desde o romano ao românico e do gótico ao barroco:

- O criptopórtico romano, considerado um dos mais belos da Europa;
- O modéjar, ainda presente no actual Museu de Machado de Castro (antigo Paço dos Bispos);
- A Porta de Almedina, de origem visigótica;
- O românico da Sé Velha;
- O gótico dos claustros da Sé Velha, do ano de 1238;
- A renascença, bem representada numa das portas laterais da Sé Velha, e cujo medalhão, de João de Ruão, se encontra nos principais manuais de história de arte mundiais;
- O manuelino, na Porta Férrea e na capela da Universidade;
- A Sé Nova e o seu riquíssimo e característico barroco;
- A reforma pombariana e a sua presença no Museu das Físicas;
- Etc., etc.

Enfim, o património ímpar que se continua pelo Paço de Alcâçova, do século XVI, passa pela linda *loggia* do Museu de Machado de Castro, desce pelo secular núcleo habitacional, vai ao Palácio Sobre-Ribas (menção honrosa da *Europa Nostra*), encontra o Colégio da Sapiência e descansa um pouco na Torre de Anto, torre da muralha primitiva e que no século XVI foi adaptada a residência, onde viria a viver o poeta António Nobre. Depois de alguns minutos de descanso, vamos visitar algumas residências da nobreza medieval, começando na linda casa dos Melos, para mais abaixo virmos encontrar a Casa da Nau, actualmente república de estudantes e que lá para Maio vão ter a sua queima das fitas, tradições académicas estas que também ajudam a construir este todo riquíssimo que é a Velha Alta de Coimbra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Coimbra, e em particular a sua Velha Alta, deixou de ser um centro de património cultural de interesse apenas nacional para se projectar para o âmbito da cultura universal.

Associando-nos às conclusões do I Encontro sobre a Alta de Coimbra, propomos que os órgãos responsáveis (autarquia e Ministério da Cultura) unam esforços no sentido de elaborarem uma proposta devidamente fundamentada, acompanhem e incentivem o processo que permita que a Velha Alta de Coimbra venha a ser classificada pela UNESCO como património de interesse mundial, para o qual desde já se impõe que os ministérios intervenientes, organismos nacionais e internacionais captiem e indigitem verbas que permitam desde já iniciar trabalhos de conservação e salvaguarda da Velha Alta e do seu tão valioso património, hoje em situação que se pode quase considerar como calamidade pública.

Aplausos do PS e do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ainda se não esgotaram os ecos da evocação que, de forma elevada e com a autoridade que lhe é reconhecida pelo facto de haver sido um ilustre presidente daquela instituição, o Sr. Deputado Moura Guedes efectuou quanto ao 100.º aniversário da Associação Académica.

Se o recorde não é apenas para me associar expressamente ao júbilo manifestado, mas também para salientar que a razão próxima desta minha intervenção radica na realização de um outro evento relacionado com a mesma cidade — o Encontro sobre a Alta de Coimbra.

Não é com certeza um qualquer sentimento de chauvinismo recalcado que nos leva a mencionar de novo Coimbra, mesmo depois de o Sr. Deputado João de Almeida ter feito aqui a sua história.

Habituámo-nos, desde há muito, a que esta cidade fosse palco ou berço de acontecimentos que o quadro de referências local ultrapassa para se projectarem no âmbito nacional.

É esta a correcta perspectiva na qual a presente alusão deve ser entendida.

Foi um enorme cortejo de gerações que a Universidade formou enquanto académicos e a que as actividades associativas infundiram o pensamento político na pluralidade e na tolerância. Em cada um, o todo que aquele ambiente corporizava assistiu à descoberta do cidadão.

A cidade, essa, foi e continua a ser o cadinho onde se entrelaçam várias origens e várias culturas.

E de tudo isto nasceu uma influência marcante nas ideias novas, no amor à liberdade, na gestação dos versos, no som das canções, na forma de entender a vida.

E foi a peculiaridade do viver coimbrão que produziu importantes testemunhos ao nível do património arquitectónico e lhe emprestou uma imagem singular onde os velhos colégios, as casas senhoriais e as habitações burguesas se cruzam numa harmonia própria e insubstituível.

De tal sorte que ainda hoje existe como seu fruto uma réstia de um universo distinto, uma árca que se mantém como conjunto monumental, com uma identidade que se destaca do restante tecido urbano.

É certo que grande parte de toda a riqueza que o tempo acumulou foi, em tempos relativamente recentes, destruída. A ideia de edificar um monstro universitário reunindo numa

única área as construções maciças e imponentes do Estado Novo foi a causadora do desaparecimento do seu núcleo central.

Mas, ultimada a obra, da saudade nasceu a má consciência e da perda irrecuperável foi possível constatar a dimensão que um tal inadequado sentido de progresso causou.

O que restava e resta da Velha Alta começou a ser utilizado como acessório da Universidade ou foi objecto do interesse imobiliário, como se a história não viesse naquele local e como se se pudesse, em nome do interesse individual, delapidar bens que à comunidade pertenciam e pertencem.

Não ocuparemos estes singelos minutos a falar dos atentados entretanto cometidos. Esses constituem, para nós, uma dolorosa marca na memória colectiva.

Pensamos ser muito mais importante optar por tentar conseguir atingir dois objectivos fundamentais:

Declarar aqui, nesta Assembleia da República, que o País não pode ficar indiferente ao que se passa na Alta de Coimbra, se considerarmos, como temos por certo, que este património cultural é hoje de interesse mundial;

Fazer um apelo a esta Câmara (rcpto que a mim mesmo sinto também dirigido como deputado) para que se ocupe da elaboração de iniciativas legislativas que consigam ultrapassar a situação de gravíssimo impasse que a sua inexistência neste momento causa.

É que falar de património cultural e da sua defesa é certamente trazer à discussão, neste domínio, qualquer coisa de mais geral que tem a ver com a actuação do Estado, das autarquias e dos particulares.

Quando referenciamos um conjunto como este, não nos referimos apenas aos edifícios que com maior ou menor dificuldade às atribuições da Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais estão confiados.

Referimo-nos, muito concretamente, aos prédios de propriedade particular, onde vivem inquilinos sem possibilidades materiais, em regra pertencentes a escalões de idade avançada, ou senhorios titulares de rendas e proveitos que não serão sequer suficientes para ocorrer a um qualquer pequeno trabalho de manutenção.

Porque é aqui que o Estado será obrigado a conceder, em nome do interesse público, benefícios fiscais e creditícios que não sejam desviados em relação aos fins aos quais se destinam e se traduzam num investimento útil à comunidade.

E porque é também neste domínio que as autarquias serão chamadas a intervir, disponibilizando serviços ou bens que tornem mais praticável a grande tarefa de recuperação dos prédios degradados, ou a substituir-se, em casos mais gritantes, à acção dos particulares.

Uma coisa é certa, este é um tema comum a vários pontos do mundo onde a história, a cultura e os seus documentos vivos realçam um motivo de diferença.

É nessa preservação da diferença que reside grande parte do encanto.

É pela inteligência e oportunidade dos legisladores que as questões têm de ser antecipadas ou, não o havendo sido em tempo útil, que novos normativos devam ser rapidamente produzidos, com a coragem e a criatividade que as circunstâncias exigem.

Encontros como este que o Grupo de Arte e Arqueologia do Centro organizou não se esgotam no espaço físico no qual se realizam.

São um convite a todos nós para participarmos em algo que a todos nós diz também respeito.

É por isso que nesta Assembleia nos ocupamos hoje deste tema.

Quem levou por diante este encontro deu corpo a um motivador desafio.

Pensamos que nos cabe, enquanto entidade legisferante, não só reconhecer a importância do sucesso, como desenvolver esforços para produzir material legislativo que corresponda às expectativas de quem nos elegeu e às exigências do País.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Apolónia Teixeira.

A Sr.^a Apolónia Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Assinalou-se ontem o Dia Mundial dos Idosos. Ao apresentarmos hoje o voto quisemos saudar todos os idosos, pronunciando-nos pela necessidade de medidas eficazes que dignifiquem as suas condições de vida.

Os direitos dos idosos em Portugal apenas em 1976 tiveram consagração constitucional.

Ao Estado cabe a protecção aos idosos na doença, na invalidez e na velhice. No entanto, milhares de reformados, pensionistas e idosos continuam a viver em situações desumanas, com reformas abaixo do nível mínimo de subsistência, insuficiente assistência médica e medicamentosa, carência de lares e centros de dia e degradação das poucas estruturas sociais existentes. Num total de 1 930 000 reformados apenas 7 % têm pensões superiores ao salário mínimo nacional, enquanto mais de 65 % têm valores iguais ou inferiores à pensão mínima.

A existência dos que deram uma vida inteira ao trabalho não pode ser de angústia na doença, de amargura por viverem em pequenos espaços degradados e sem quaisquer condições sanitárias.

Impõe-se, pois, dignificar as condições de vida dos muitos idosos que, ao fim de anos e anos de trabalho, são remetidos para situações verdadeiramente injustas tomando as medidas necessárias, nomeadamente a recuperação do valor real das prestações, em especial das pensões que se degradaram ao longo dos anos, a fixação da pensão mínima de subsistência em 55 % do salário mínimo nacional, a integração justa no regime geral da Segurança Social dos esquemas sociais especiais, a melhoria dos subsídios de doença e o alargamento e melhoria das formas de apoio, com a criação de serviços de assistência domiciliária.

Temos uma Constituição da República que confere o direito ao trabalho, à saúde e à Segurança Social. Ao assinalarmos o Dia Mundial dos Idosos afirmamos que continuaremos a lutar para que as promessas de fraternidade e de justiça social se tornem realidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Aplausos do PCP e da ID.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos entrar no período da ordem do dia com a leitura de uma comunicação de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.

O Sr. Secretário (Reinaldo Gomes): — É do seguinte teor a comunicação de S. Ex.^a o Sr. Presidente da Re-

pública, dirigida a S. Ex.^a o Sr. Presidente da Assembleia da República em 23 de Outubro de 1987:

Estando prevista a minha deslocação a Bruxelas entre os dias 18 e 20 do próximo mês de Novembro, em viagem sem carácter oficial, para receber o grau de doutor *honoris causa* pela Universidade Livre de Bruxelas, venho, nos termos do artigo 132.º, n.º 2, da Constituição, dar conhecimento à Assembleia da República.

Apresento a V. Ex.^a os meus respeitosos cumprimentos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, depois de cumprido este preccito constitucional, vamos retomar o debate sobre a proposta de lei n.º 4/V, que autoriza o Governo a aprovar o Estatuto da Imprensa Regional.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Dá-me licença que intercale a Mesa, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, a minha interpelação tem precisamente a ver com a menção que V. Ex.^a acaba de fazer à matéria da ordem do dia que vai ser objecto de debate hoje.

É que verificámos que ontem, mais uma vez, foi feito o anúncio público, por órgãos de comunicação social, de uma ordem do dia que não corresponde à que está agendada. Consideramos que é mau que tal aconteça, sobretudo quando é acompanhado de grandes desenvolvimentos sobre um programa de trabalhos que na realidade não vamos empreender.

No caso de ontem noticiou-se que iríamos debater a lei de reforma fiscal, que, como se sabe, não está agendada desde há quinze dias — aliás, foi desagendada expressamente —, quando o que vamos debater é a proposta de lei n.º 4/V e o projecto de deliberação relativo à questão da regionalização do processo legislativo. Creio que o impacte exterior que resulta daqui é bastante negativo para a imagem da Assembleia da República.

Em consequência do que acabo de expor, gostaríamos que esta questão fosse apreciada na próxima conferência de líderes, designadamente para se encontrarem formas de transmissão aos órgãos de comunicação social da informação sobre as alterações que ocorrem nas agendas do Plenário, por forma que incidentes deste tipo possam ser evitados em boa e devida ordem. Talvez a distribuição da summa seja um meio expediente e adequado para evitar que o País julgue que vamos discutir o que não vamos discutir, e que às vezes é precisamente o contrário.

Era esta a sugestão que queríamos aqui deixar antes de entrarmos propriamente no debate das matérias agendadas.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Sr. Presidente, tanto quanto me apercebi, na última reunião plenária foram esgotadas as intervenções sobre a proposta de lei de autorização legislativa cujo debate o Sr. Presidente acaba de anunciar, tendo-se chegado, portanto, ao momento da votação. Não comprehendo, pois, que esteja aberta a

discussão sobre um tema quando as intervenções sobre esse mesmo tema tinham terminado, tendo passado para hoje, às 18 horas, a votação dessa proposta de lei.

O Sr. Presidente: — Relativamente à interpelação feita pelo Sr. Deputado José Magalhães, devo dizer que, como é do conhecimento geral dos Srs. Deputados, a agenda do período terminal do mês de Outubro, isto é, até ao dia 30, tem vindo a ser publicitada regularmente em todos os dias de sessão parlamentar, pelo que, a ter havido algum lapso ou má informação, ela não se fica a dever aos serviços do Parlamento e, em particular, da Mesa. Como é que a informação surgiu no exterior não sei, nem tenho conhecimento da forma como as coisas se passaram.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Mas isso é que era importante saber!

O Sr. José Magalhães (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Sr. Presidente, a minha bancada não estava a imputar aos serviços uma deficiência no caso concreto, mas apenas a adiantar que era bom aprofundar qual a situação existente neste domínio e que melhores formas poderemos encontrar para conseguir veicular, sobretudo, as alterações de agenda. Aquilo que aconteceu ontem foi um lapso quanto a uma alteração de agenda, que foi operada na altura e pelos meios próprios, portanto, de forma correcta, mas que, pelos vistos, não foi apreendida.

Penso que é importante reflectir sobre o que poderemos fazer para garantir que isso não aconteça, isto, naturalmente, dentro dos nossos meios e funções e sem prejuízo das funções que só aos órgãos de comunicação social cabem.

O Sr. Presidente: — Só quero esclarecer que nunca chegou a haver uma alteração da agenda, porque, embora tivesse sido focada, em determinado momento, numa conferência de líderes, a possibilidade de discussão dessa matéria, ela nunca chegou a ser agendada, mas tão-só aquelas que têm vindo a ser publicitadas.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Pior ainda! ...

O Sr. Presidente: — No que se refere à interpelação feita pelo Sr. Deputado Vieira Mesquita, quero esclarecer que há tempos remanescentes dos que foram distribuídos em conferência de líderes, razão pela qual a Mesa teve, inevitavelmente, de pôr a questão da forma como o fez. De resto, esses tempos remanescentes foram publicitados.

Agora, se não houver inscrições — como acontece até ao momento —, evidentemente que a Mesa dará por encerrado o debate.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — O Sr. Presidente dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas, tanto quanto me apercebi, o debate já foi dado por concluído. Tanto assim é, que se marcou para as 18 horas de hoje a votação do diploma em questão.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o facto de se ter marcado a votação para as 18 horas de hoje não significa que o debate tivesse sido concluído em termos genéricos, uma vez que até à hora da votação ainda havia tempo para se gastar os 45 minutos remanescentes.

De resto, não sou testemunha pessoal porque nesse momento não me encontrava no hemiciclo, mas as informações que me foram fornecidas apontavam para a existência destes tempos remanescentes, que poderiam ser utilizados hoje. Se não é esse o entendimento dos grupos parlamentares, agradeço que se pronunciem.

De qualquer forma, informo o Sr. Deputado de que não há inscrições, pelo que me parece que este esclarecimento se está a tornar um tanto ou quanto ocioso.

Nestas circunstâncias, declaro encerrado o debate sobre a proposta de lei n.º 4/V, cuja votação, como já foi dito, terá lugar às 18 horas, conforme tinha sido acordado.

Passamos agora à discussão do projecto de deliberação n.º 3/V, apresentado pelo PCP, sobre a constituição de uma comissão eventual para a regionalização do processo legislativo relativo às regiões administrativas.

Tem a palavra, para produzir uma intervenção, o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com a apresentação do projecto de deliberação n.º 3/V, pretende o PCP reeditar um fórmula de acompanhamento e coordenação do processo de regionalização, através da criação de uma comissão eventual.

Entre os dois factos, por um lado a comissão que existiu e cuja frustrante experiência foi subitamente interrompida pela dissolução da Assembleia da República, e, por outro, a actual iniciativa, ficou um processo eleitoral que veio modificar substancialmente a estrutura política portuguesa e cujos efeitos se fazem inevitavelmente sentir nesta própria Assembleia.

E é como consequência dessa mudança que se está aqui, hoje, perante este caso singular de, sobre um mesmo assunto, e num curto espaço de tempo, se assistir à inversão de posições de diversas forças políticas, incluindo a nossa.

Está, no entanto, o PSD à vontade para falar deste aspecto, porquanto, apesar de lhe ter sido atribuída a presidência da anterior comissão eventual para o processo de regionalização, nela se encontrava em minoria, não lhe podendo, pois, ser assacadas responsabilidades especiais ou particulares pela pouca produtividade dessa mesma comissão.

Aqui, não parece ter funcionado a dinâmica que a anterior maioria de oposição quis e pôde introduzir noutras circunstâncias do trabalho parlamentar.

Pouca produtividade e inconsequência, que, de resto, parecem ser comuns a outras comissões eventuais anteriormente criadas, em flagrante contraste com o trabalho produzido nas comissões permanentes, justamente reconhecido, e que releva para o facto de ser porventura desaconselhável o exagero na criação de comissões eventuais a propósito de tudo e de nada, como algumas recentes iniciativas parlamentares parecem prenunciar.

É que, tendo sido há bem pouco tempo ampliado o leque das comissões permanentes, com a criação da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, e em face da actual composição parlamentar, com algumas formações políticas de reduzida dimensão e, logicamente, com naturais dificuldades para sobraçar e aconter a participar activamente em todas elas, ficam-nos muitas dúvidas acerca da eficácia prática que a multiplicação de comissões eventuais possa trazer.

Levantar-se-ão de imediato vozes que dirão: a regionalização não é uma eventualidade qualquer! é algo de mais profundo, que mexe com a estrutura do Estado, com a divisão administrativa do País, com o seu desenvolvimento social e económico, com um desejável caminho de descentralização política e de participação dos cidadãos!

É verdade! E é precisamente porque acreditamos que o processo de regionalização é uma matéria demasiado séria que carece de consensos alargados, de meditação, de reflexão e de maturação profundas; e em face da experiência anterior de uma comissão eventual cujo não funcionamento não é só explicável pela dissolução da Assembleia da República; é por tudo isto que julgamos ser neste momento mais adequado cometer a condução deste processo à Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente.

Pelos motivos que já despendemos, mas invocando também, sem quaisquer pruridos de natureza ideológica, a argumentação que o Partido Comunista trouxe a esta Câmara em 22 de Janeiro do corrente ano, ou seja, há apenas nove meses, quando defendeu com grande convicção precisamente o contrário daquilo que vem expresso no actual projecto de deliberação.

Afirmava, então, o Partido Comunista «ter muitas dúvidas de que a comissão eventual viesse trazer maior competência, celeridade e rigor ao processo legislativo».

Depois da experiência passada, depois das alterações havidas na composição parlamentar e no funcionamento deste órgão, o PSD não tem dúvidas em subscrever tal afirmação.

Criticava, então, o Partido Comunista um deputado que havia afirmado que «a melhor forma de travar qualquer processo na Assembleia era criar uma comissão eventual [...]»

E ia mais longe o Partido Comunista, ao afirmar que «a criação da comissão eventual apenas trará perdas de tempo, servindo aqueles que pouco estão interessados na regionalização [...]»

Perante estas afirmações categóricas e peremptórias então assumidas pelo Partido Comunista, não seremos nós a cometer a desleigância de concluir que, ao propor agora a criação de uma comissão eventual, o Partido Comunista pretende travar o passo à regionalização em Portugal.

Queremos acreditar é que o Partido Comunista, mantendo embora os mesmos pressupostos, as mesmas preocupações e as mesmas urgências acerca da regionalização, mudou de ideias quanto à forma prática de lá chegar, mas não explicitou no texto da proposta as razões e os porquês dessa mudança de atitude.

E vem a propósito referir que para o PSD, ainda que a proposta de criação de uma comissão eventual viesse a mercer a nossa concordância, considera-se desacquado que na mesma deliberação se fixasse desde já um calendário rigoroso e irrealista, cercando à partida uma autonomia de programação da própria comissão e não tomando em consideração a necessidade de aprofundamento do debate público em torno desta matéria fulcral, que consideramos longe de estar esgotado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD esteve desde sempre na primeira linha do combate pela descentralização do poder em Portugal.

Provámo-lo no poder local, onde somos maioriais, e já o provámos, a um outro nível, no poder regional, que nos arquipélagos dos Açores e da Madeira tão exemplares resultados tem conseguido em benefício das populações insulares.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A regionalização administrativa do continente tem estado desde sempre nos nossos objectivos programáticos, enquanto força partidária, nos nossos propósitos executivos, enquanto Governo de Portugal, e na nossa proposta legislativa, enquanto parte activa e integrante desta Assembleia.

Consideramos que persistem desequilíbrios sócio-económicos entre diferentes partes do País que urge atenuar e para as quais a regionalização administrativa constituirá terapêutica adequada.

Defendemos a participação, cada vez maior, dos agentes e forças produtivas regionais, e a valorização dos recursos endógenos de cada região.

Mas também defendemos que a vitalidade das futuras regiões dependerá muito fundamentalmente da sua viabilidade política e económica.

Não queremos *ghettos* em Portugal, nem um recuo das nossas fronteiras económicas.

Pensamos, por isso, que o processo de regionalização deverá ser gradativo, começando pela definição de funções das futuras regiões.

Mas pensamos igualmente ser aconselhável e prudente que o avanço da regionalização não se dissocie do processo de revisão constitucional, o qual poderá vir a alterar o quadro actualmente existente sobre este assunto.

O PSD não tem, em matéria de regionalização, dois ritmos diferentes, consoante a conjuntura política de ocasião.

O PSD entende, tal como os subscriptores desta proposta, que «o processo de regionalização deve ser conduzido de forma cuidada e ponderada».

Essencialmente por isso, mas não só por isso, o PSD não poderá dar o seu voto favorável à proposta do PCP.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A circunstância de o debate ter sido iniciado sem a apresentação do projecto por parte do partido proponente vem, neste momento, dificultar a abordagem de toda esta questão.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Do nosso ponto de vista, ao apresentarmos o projecto de constituição da comissão eventual para a regionalização, movia-nos um objectivo central, ou seja, o objectivo de proporcionar à Assembleia da República a decisão sobre a organização dos trabalhos que conduzisse, em prazo adequado, e através dos estudos necessários, aquilo que constitucionalmente é imposto há mais de dez anos e que continua por fazer, que é a criação das regiões administrativas. Visávamo criar as condições para que o processo de regionalização se concretizasse, e tínhamos a ideia, e continuamos a ter, de que a existência dessa comissão é e seria positiva nos seus trabalhos com vista a atingir esse objectivo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Do nosso ponto de vista, a regionalização impõe-se como uma tarefa urgente, nomeadamente para preencher certas funções que estão constitucionalmente

definidas e que são, no momento presente, intensamente reclamadas: tarefas de desenvolvimento regional, tarefas que têm a ver com a reforma da Administração Pública — sempre adiadas —, tarefas que têm a ver também com a instituição de um sistema de planeamento adequado, tarefas que têm a ver, ao fim e ao cabo, com o desenvolvimento do País e com o bem-estar das populações.

Da nossa parte, orgulhamo-nos de, na legislatura anterior, termos contribuído poderosamente e de forma eficaz para que a questão da regionalização viesse à ordem do dia do País e à ordem do dia dos autarcas nos termos em que tal sucedeu.

Quando apresentámos a nossa iniciativa legislativa e quando propusemos o seu debate junto das assembleias municipais, o que na realidade fizemos foi, por esses meios, mostrar que no País, nas assembleias municipais, nos especialistas, a vontade maioritária claramente expressa era a de que se criassem as regiões administrativas no continente.

Sabemos que a regionalização tinha inimigos e sabemos que na altura em que este processo tinha condições para avançar se tentou bloquê-lo por diversas formas.

É bom recordar aqui que o processo se desenvolveu com vários dos Srs. Deputados presentes ainda hoje na Assembleia da República no âmbito da Comissão Administração Interna e Poder Local.

Em 15 de Janeiro, quando terminou o prazo para apresentação dos projectos, criou-se uma comissão eventual para acompanhar o processo de regionalização e o processo saiu da Comissão de Administração Interna e Poder Local para essa comissão eventual. Alertámos nessa altura que essa transferência iria provocar atrasos, atrasos que decorriam desde logo da aplicação do Regimento (era necessário indicar os deputados, empossar a Comissão, eleger um presidente), atrasos que derivavam da necessária transferência da documentação que existia na Comissão de Administração Interna e Poder Local, atrasos que haviam de aparecer também da experiência que os deputados da nova Comissão tinham do processo anterior.

Esses atrasos foram suficientes para que, com a aproximação da dissolução da Assembleia da República, a Comissão não tivesse produzido trabalho. Mas é bom dizer que o que estava em questão era a interrupção, a meio da viagem, do processo de regionalização, a interrupção do sistema orgânico desse processo que havíamos encontrado nesta Assembleia.

Ora, o que se pretende com este projecto é precisamente que esse tipo de sobressaltos, de equívocos e de manobras não possa ser realizado. E como? Abrindo desde já todo o processo — e desde o início — em sede de uma comissão própria, que naturalmente iria congregar nos seus trabalhos muitos especialistas que não pertencem à Comissão de Administração Interna e Poder Local. Aliás, ponto que foi saliente, os Srs. Deputados do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata, em 15 de Janeiro deste ano, afirmaram a necessidade da existência dessa comissão da audiência de especialistas nesta matéria que não pertenciam à Comissão de Administração Interna e Poder Local e que, portanto, encontrariam melhor local de expressão numa comissão própria, ou seja, numa comissão eventual.

Foi também chamada a atenção para a necessidade de se aprofundar toda esta matéria. Temos a noção exacta de que um processo de regionalização não é um processo simples; é um processo complexo que contém com estruturas que existem neste momento e que reagem. Por isso, ele tem de ser assumido não só de forma racional mas também partici-

pada e desenvolvida nas suas diferentes componentes com estudo.

Nesse quadro e nesse sentido, estamos de acordo que, neste momento e nesta fase, quando a comissão relativa às questões do poder local adquiriu mais uma nova tarefa na área do ambiente, a existência desta comissão seria benéfica.

Devo dizer que não é a proliferação de comissões que está em questão. O que está em questão é encontrar os meios orgânicos adequados para atender às solicitações da Assembleia da República.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, por estas razões tivemos em atenção no nosso projecto aspectos de apoio técnico, de relacionamento com instituições de diferente ordem, nomeadamente universitárias, aspectos relacionados com o debate, enfim, tudo aquilo que poderia conduzir a que o processo decorresse de forma exemplar.

Apontamos também um calendário, mas o que queria declarar, se tivesse feito a apresentação, é que consideramos a questão do calendário com valor simbólico. Entendímos que era importante que esta Assembleia estabelecesse, de alguma forma, um esquema de trabalho com metas, que devíamos falar ao País em termos que o País nos entendesse a nós, Assembleia da República, como querendo fazer a regionalização em prazo razoável. Apesar disto não estávamos fixados nem àquelas datas nem sequer a que fosse o próprio Plenário a fixá-las. Admitímos e admitimos que seja a própria comissão a fazê-lo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As razões que nos levaram em Janeiro de 1986 a apresentar o projecto de lei e as razões que nos levaram a empenhar no trabalho, quer na Comissão de Administração Interna e Poder Local, quer na Comissão Eventual para a Regionalização, conduziram-nos agora a apresentar este projecto. E o que está aqui em questão, neste momento, é saber exactamente quem é que quer que a regionalização seja feita ou quem é que enfeita a regionalização de um «moinho de palavras».

Com o objectivo de que ela não seja feita.

Aplausos do PCP.

Também pensamos que é necessário discutir a metodologia, se se faz uma lei quadro ou se se avança, desde logo, para a questão da delimitação. Tudo isso são e serão questões que têm toda a possibilidade de ser discutidas em sede própria, ou seja, em sede da Comissão.

Entendemos, ainda, que não há nenhuma dependência entre o processo de regionalização e a revisão constitucional. Devemos dizer com clareza que não só o texto constitucional permite (ao contrário do que muitos disseram) a regionalização como, mesmo existindo propostas de alteração a esse capítulo, nada impede que a Comissão trabalhe na base dos processos próprios, pois até seria vantajoso que os autarcas acompanharem esse processo de alteração das regras constitucionais através das opiniões que exprimissem junto da comissão de regionalização do debate dos projectos de lei como eles existem.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O fundamento e alcance do nosso projecto estão lançados.

Devo dizer com vigor, mais uma vez, que ele tem um objectivo muito claro: que se faça a regionalização, que se

criem as regiões administrativas, que se avance com um processo de descentralização e modernização do Estado Português.

Aplausos do PCP, de Os Verdes e da ID.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em 22 de Janeiro de 1987 a conferência de líderes deliberou que o projecto de resolução, comum a todos os partidos, com a excepção do PCP, para a criação da Comissão Eventual de Regionalização não seria debatido e seriam produzidas curtas declarações de voto de cada partido após a sua votação. Assim foi e assim se mostra qual a importância que o assunto teve para a anterior sessão legislativa. Na anterior legislatura a comissão eventual para acompanhar o processo legislativo da regionalização, como explicou à Câmara o então presidente do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Deputado António Capucho, nasceu de uma sugestão feita em declaração política pelo Sr. Deputado Eduardo Pereira, na clara intenção de obviar à «iniquinação manifesta do processo que está a ser desenvolvido — e na Assembleia começou a ser desenvolvido pelo PCP e por mais ninguém senão pelo PCP».

O Sr. Deputado Hernâni Moutinho justificou o voto favorável do nosso Partido pela necessidade de o processo legislativo de regionalização «dever ser conduzido com todo o cuidado e prudência, sem sobressaltos nem paixões».

Com irritada hostilidade, o PCP pôs as «maiores dúvidas de que a criação de uma nova comissão eventual pudesse trazer a este importantíssimo processo legislativo maior celeridade, rigor ou competência» e, fazendo suas as palavras que disse serem alheias, afirmou: «A melhor forma de travar qualquer processo na Assembleia é criar uma comissão eventual», como também hoje aqui foi recordado. Não obstante a abjuratória do PCP, a comissão eventual veio a ser efectivamente constituída, mas, devido à dissolução da Assembleia, não dispôs de tempo suficiente para implementar uma nova orientação, que então se requeria com urgência, para a serena e objectiva condução do processo legislativo de regionalização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No dealbar desta nova legislatura não existem ainda motivos para desde já prever ou supor que o recém-eleito presidente da 10.^a Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente não conduza com rigor, celeridade e competência, e muito principalmente sem paixão e com objectividade e prudência, ou ainda, como quer o PCP, «de forma cuidada e ponderada», o importante processo legislativo da regionalização administrativa do País, tendo sempre presente que já se iniciou o processo de revisão constitucional, e esta revisão irá decisivamente influenciar a futura lei de regionalização, que poderá eventualmente tomar a forma de uma lei quadro, uma lei paraconstitucional, ou simples lei ordinária, conforme os resultados desse processo da introdução das emendas constitucionais em curso.

Se esta Assembleia se convencer, no futuro, de que o processo de regionalização está a ser inquinado pela partidarização ou governamentalização pela actual maioria PSD, seremos os primeiros a denunciar tais práticas antidemocráticas porque antiparlamentares, com a força da razão, que depende da qualidade de cada grupo parlamentar e não é — como basta vez se demonstrou no passado nesta Assembleia — coincidente com a razão da força, que apenas é uma expressão de grande quantidade e não mais do que isso ...

Aqui estamos para fiscalizar o comportamento não apenas do Governo mas também das presidências de todas as comissões desta Assembleia, como é nosso dever.

O nosso voto, pelas razões expressas, é, pois, contrário à criação da Comissão Eventual para a Regionalização.

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Deputado Narana Coissoró, tive a oportunidade de explicar que a posição que assumimos no início deste ano tinha a ver com o facto de, a meio do processo, haver uma transferência e de isso trazer inconvenientes.

O Sr. Deputado Narana Coissoró está a colocar o assunto de tal maneira que, daqui a pouco, tenho a impressão de que a Assembleia se esquece de que quem adiantou a ideia da criação da Comissão Eventual para a Regionalização foi o Partido Socialista e quem subscreveu a proposta foi não só o PS mas também o PSD, o CDS e o PRD. Ou seja, foi uma clara maioria agora existente aqui nesta Assembleia que propôs a criação daquela Comissão.

Uma vez que o Sr. Deputado transcreveu as dúvidas que, na altura, foram levantadas pelo Sr. Deputado Carlos Brito e disse, nomeadamente, ter as maiores dúvidas que a criação de uma nova comissão eventual, nesta altura, possa trazer a este importantíssimo processo legislativo maior celeridade, rigor ou competência, pergunto-lhe se, na altura, o CDS votou a comissão eventual por saber que a sua criação não traria maior celeridade, rigor ou competência ao processo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Deputado João Amaral, ao preparar a intervenção que produzi tive de fazer um grande esforço para lhe não dar um cunho pessoal, cunho esse, que V. Ex.^a me está a forçar dar agora, ao «puxar-me pela língua».

Com efeito, a Comissão Eventual para a Regionalização foi criada exactamente porque, segundo o que aqui foi dito, o Sr. Presidente da Comissão da Administração Interna e Poder Local estava a inquinar todo o processo, partidizando-o e criando um frenesim de regionalização, de todo o modo incômodo, inconveniente para uma serena e objectiva discussão do processo legislativo da regionalização. Foi esta a razão principal pela qual a Assembleia, com o voto favorável e inicial do PS — e, portanto, segundo a vossa linguagem, de um partido democrático —, com o apoio do PSD, CDS e do PRD, entendeu retirá-lo (vamos ser frontais e dizer a verdade tal qual ela é) à Comissão de Administração Interna e Poder Local, da qual V. Ex.^a era presidente, para criar uma comissão eventual que, com serenidade, objectividade, rigor e ponderação, levasse por diante a magna tarefa de legislar no sentido da regionalização.

É esta a verdade.

Foi por isso que o PCP, naturalmente com irritada hostilidade, porque lhe tiravam a pedra principal, porque lhe davam o xeque-mate no próprio tabuleiro, reagiu da forma como o fiz.

A comissão eventual foi por diante e eu não escondi nada quanto à sua criação e o nosso voto, apenas fiz um esforço enorme para não dizer o que agora acabo de referir.

Se V. Ex.^a quer que se diga isso, aqui tem a resposta sobre a razão pela qual, na altura, votámos a favor da comissão eventual e a razão pela qual não queremos que este ano se crie a comissão eventual.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Deputado Narana Coissoró, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Deputado Narana Coissoró, mas essa irritação toda traduz-se em quê? Numa abstenção? Porque, concretamente, o que fizemos aquando da votação sobre a criação da comissão eventual foi abster-nos e, mais, integrámo-la, trabalhámos normalmente e lamentamos o atraso que isso iria provocar no processo. Mais nada.

O Orador: — Pois foi uma abstenção muito irritadiça!

Vozes do PCP: — Essa deve ser uma quarta categoria de voto!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejo proferir umas breves palavras de comentário e justificação da nossa posição de voto.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que reconhecemos na proposta apresentada pelo Partido Comunista o interesse em conduzir da melhor maneira possível, segundo a sua perspectiva, o processo da regionalização, e não vemos, de maneira nenhuma, este projecto de resolução como sendo a «vingança do chinês» do Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. José Magalhães (PCP): — É óbvio!

O Orador: — Aliás, penso que o processo legislativo não pode ser confundido com a intervenção das presidências das comissões.

As comissões são dirigidas não pela vontade dos seus presidentes mas sim, e fundamentalmente, pelas maiorias que se fundem no seu seio e, nesse sentido, cremos que esse tipo de questão será irrelevante nesta matéria. Se o não fosse, aliás, eu estaria em grandes dificuldades para poder argumentar.

O Partido Socialista quer reafirmar o seu empenhamento no processo de regionalização. Por isso mesmo, logo na abertura das sessões legislativas reprezentámos os nossos projectos da lei de bases da regionalização e da lei de bases da desconcentração.

Queremos que esta matéria se ande depressa, mas que se ande bem, e, sobretudo, que se ande com um amplo consenso no interior da Câmara e em todo o País.

Nada pior poderia acontecer do que a aprovação, por uma qualquer maioria simples nesta Câmara, de um qualquer processo de regionalização que, depois, viesse a sofrer a hostilidade das populações.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Pensamos, portanto, que é necessário que se ande depressa mas que se ande depressa solidamente, com um consenso tão amplo quanto possível no interior desta Câmara.

A prática da Comissão Eventual para a Regionalização ao longo da sessão legislativa anterior — não temos nenhum rebuço em dizer, e, aliás, foi proposta por nós — revelou não ser este o melhor processo de andar depressa e com eficácia.

Pensamos, por isso, que uma experiência que não corre bem não deve ser repetida e, portanto, não vemos razão para o fazermos agora.

Também nos parece que há vantagem em que o calendário não seja aprovado de chofre numa sessão plenária, mas que, primeiro, possa ser ponderado em sede de comissão, para que, com um consenso interpartidário tão amplo quanto possível, se encontre o calendário mais rápido e mais seguro para a aprovação do nosso processo de regionalização.

E por estas razões, sem «nada na manga» e sem alguma preocupação política específica essencial, que, neste momento, não nos parece ser de aceitar o projecto de resolução apresentado pelo Partido Comunista, embora, como referi no início, vejamos a intenção do PCP como unicamente norteadada pelo seu desejo, paralelo ao nosso, de que esta questão seja conduzida nos melhores termos possíveis para esta Câmara e para o País.

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado António Guterres, partilho da sua opinião: entendo que o processo legislativo não tem nada a ver com as presidências das comissões. Mas, naturalmente, tratando-se das comissões e da matéria que lhes compete, gostaria de lhe colocar duas questões.

Considerando que já interviveram bastantes bancadas — as bancadas que têm a maioria dos votos da Assembleia — e considerando o que já foi dito pelo Sr. Deputado relativamente à celeridade que entende dever ser imprimida a este processo, pergunto-lhe se entende que na Comissão a que preside se deverá aprovar um calendário que, não sendo rígido, seja suficientemente claro para sabermos com que programa vamos trabalhar neste processo de regionalização.

A segunda questão que lhe quero colocar é a de saber se entende que as vozes já manifestadas na Assembleia da República significam uma manifestação de vontade da Assembleia no sentido de se caminhar seguramente neste processo, embora sem precipitações.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Carlos Brito, vou tentar responder o mais sucinto possível.

Em primeiro lugar, e em minha opinião, é útil que a Assembleia disponha de um calendário claro, que seja orientador dos seus trabalhos neste processo.

Em segundo lugar, estou convicto e com esperança — por aquilo que foi afirmado pelos Srs. Deputados que representam os diferentes grupos parlamentares no interior desta Câmara — de que todos se empenharão na procura de uma solução para as questões da regionalização. Isto para que, por um lado, possa ser rápida e, por outro, possa ser solidamente restabelecida numa vontade que não ofenda o querer das populações, mas que, pelo contrário, respeite esse querer, com o objectivo que esta reforma seja uma reforma que se instale definitivamente na sociedade portuguesa.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Santos.

A Sr.ª Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A intervenção do Sr. Deputado Mendes Bota vem, desde logo, alterar o sentido que demos à nossa intervenção sobre a matéria em discussão.

Nós, Os Verdes, entendemos que o processo da regionalização exigiria, desde já, a constituição da comissão eventual para o acompanhamento de todo este processo, independentemente do percurso feito na última legislatura e em que não participámos. Não queremos — só porque houve uma alteração, já manifesta pelo Partido Social-Democrata, de votar contra a constituição desta comissão eventual — deixar de expressar nesta Câmara o nosso entendimento e posicionamento sobre o problema da regionalização.

Nesse sentido, iria, de qualquer forma, produzir a intervenção que tinha preparado.

Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Quando pensamos regionalização pensamos descentralização, pensamos humanização, ou seja, fazer intervir de forma decisiva os cidadãos (e as associações que mais próximas os representam) na definição das opções do Estado.

Por isso, nós, Os Verdes, defendemos uma política que privilegia o princípio da democracia participativa e de base, o que requer um maior empenhamento do povo nas tomadas de decisões, num quadro administrativo descentralizado.

Consignámos este pensar no programa que aprovámos na II Convenção Nacional Extraordinária, em 1986, quando afirmámos que: «Os Verdes propõem um processo de regionalização que, por via da descentralização política, económica e cultural, favoreça o exercício de uma democracia participada, mais autêntica.»

Foi com este sentido que na anterior legislatura apresentámos o nosso projecto de lei quadro das regiões administrativas, que pretendeu essencialmente alcançar três objectivos: dar uma contribuição para o processo de criação das regiões administrativas, então em curso, procurando que a sensibilidade, a visão do mundo e as propostas ecológicas estivessem presentes em todo o processo, na lei quadro a aprovar e nas futuras leis de instituição em concreto das regiões; constituir mais uma voz e uma vontade na luta para que seja acatada a Constituição e conferido o direito às comunidades regionais de auto-administrarem os seus interesses específicos e assegurarem o desenvolvimento saudável e equilibrado da respectiva região; chamar a atenção do País para a necessidade de estimular processos de participação das populações na defesa dos seus recursos e no esforço para preservar ou restaurar os equilíbrios ecológicos e o património cultural.

Porque entendemos que, apesar da dinâmica desencadeada pelos órgãos de poder municipal e das suas potencialidades, a dimensão geográfica dos municípios é insuficiente para que se possa processar um desenvolvimento planeado e auto-sustentado, baseado no aproveitamento racional dos recursos e da preservação da natureza.

É nesta perspectiva que nós entendemos ser necessário e fundamental instituir as regiões administrativas, que, como órgãos de poder político, administrativo e de gestão territorial, promovam o desenvolvimento integrado regional, em colaboração com os municípios e com a administração central, tendo em conta os interesses e as necessidades das populações e a realidade ecológica, condição indispensável para garantir a perenidade da vida, a dignificação da cultura e da personalidade das comunidades regionais.

O processo de descentralização, efectivado pela repartição territorial de poderes e pela atribuição de competência de meios financeiros, promove a autonomia dos órgãos do poder local e regional democraticamente eleitos, os quais, mais directamente ligados às populações e, por isso, mais conhecedores dos problemas nas áreas de intervenção da sua competência, podem melhor contribuir para um desenvolvimento mais harmonioso, mais adequado à satisfação das necessidades e à utilização dos meios disponíveis. Por sua vez, as populações, perante um poder local e regional com maior autonomia administrativa e financeira, serão mais directamente envolvidas, porque responsabilizadas, na sua contribuição participada em benefício do bem-estar individual e colectivo.

É por tudo isto que nós dizemos que descentralização é devolver poder. É dar poder aos que sofrem os efeitos das decisões políticas para intervirem e modificarem essas decisões. Nós, Os Verdes, situamo-nos nesta questão de uma forma clara.

Queremos mais e mais capacidade de intervenção para cada cidadão e para cada associação, com a certeza de que assim faremos do poder o nosso próprio poder.

Descentralizar e regionalizar é para nós isso mesmo: olhar o nosso património, a terra em que vivemos e o ar que respiramos como algo que tem de ser defendido e construído no terreno, palmo a palmo, por todos nós.

Regionalizar é, para nós, humanizar. É pensar democracia, não como um fim em si, ou uma concepção acabada da organização social e do poder político, mas antes como um processo libertador do cidadão pela sua crescente participação nas coisas públicas.

Processo que, quanto a nós, requer um elevado grau de solidariedade, compreensão, tolerância e competência aos níveis da coordenação, que avance progressivamente para a resolução das injustiças que historicamente têm penalizado o interior e as regiões mais desfavorecidas e carenciadas do País.

É por isso que, desde logo, sentimos ser fundamental votar favoravelmente a constituição da comissão para a regionalização, no entendimento de que, de facto, ela é necessária.

Mas dizemos mais: são necessárias comissões para fazer coisas, para fazer andar e não para iludir. Diríamos, e agora ainda é mais oportuno, que é preciso que caiam as máscaras em matéria de regionalização para que não se instalem falsas expectativas, para que se planeie, para que se discuta e para que se apurem os pontos mais controversos, que necessitam de esforços mais árduos. Mas que se faça!

É por isso que apelamos para que seja votada favoravelmente, com o contributo do PSD, a constituição desta comissão, ou seja, de uma comissão indispensável para aprofundar estas questões, porque a regionalização é importante. Dizemos que ela é muito importante porque assim haverá condições para aprofundar a ideia de um poder feito à medida de um ser humano para o próprio ser humano, que anime uma convivência livre e solidária entre os indivíduos, que envolva os cidadãos nas questões que digam respeito à sua vida.

Por isso, dizemos que é importante que seja constituída, ao nível da Assembleia da República, uma comissão eventual que aprofunde as próprias divergências, que dê um sentido à regionalização e que analise o processo no seu conjunto, porque, para além de tudo o que podemos deixar aqui expresso, para além de tudo isto, a sociedade somos nós e ou ela está em nós ou não existe. Daí que o apelo de Os Verdes, neste momento, seja para que o PSD recon-

sidere a sua postura relativamente ao não aprovar a constituição de uma comissão eventual que aprofunde o problema da regionalização.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Sr.^a Deputada Maria Santos, quando, no início da sua intervenção, a ouvi dizer que tinha ficado, de certa forma, inibida nos objectivos a que se tinha proposto inicialmente ao redigir essa mesma intervenção quando ouviu aquilo que proferi, quero dizer-lhe que, efectivamente, não consegui denotar, ao longo da maioria da sua intervenção, quaisquer factores que fossem de profunda divergência sobre o entendimento que o processo de regionalização tem também para nós.

Acerca do problema da criação de comissões eventuais, gostaria de lhe colocar a seguinte questão: tem a Sr.^a Deputada Maria Santos conhecimento da profundidade e do trabalho produzido pelas comissões eventuais que na última legislatura aqui foram aprovadas e constituídas, nomeadamente a Comissão Eventual para Análise das Contas Públicas, a Comissão Eventual Luso-Brasileira e a Comissão Eventual Luso-Espanhola?

Pela experiência prática que aqui temos do trabalho parlamentar — agora com uma composição parlamentar completamente diferente, porque há mais formações políticas com um número bastante reduzido de deputados e, portanto, com menor possibilidade de darem assistência dinâmica e até uma contribuição para um número cada vez maior de comissões eventuais —, pergunto-lhe, Sr.^a Deputada, se será desejável que continuemos a insistir na criação de comissões eventuais, nomeadamente como aquela, de que creio que a Sr.^a Deputada é subscritora, que tem a ver com o problema do Campo de Tiro de Alcochete.

Se formos reproduzir os problemas de Alcochete por todo o País, então, qualquer dia, haverá mais comissões eventuais do que o número de deputados aqui existentes e com uma eficácia prática que acabará por desprestigar este órgão de soberania. Creio que não é nem sua nem nossa intenção contribuir para o desprestígio da Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Santos.

A Sr.^a Maria Santos (Os Verdes): — Sr. Deputado Mendes Bota, gostava de lhe perguntar se acha que todas as comissões eventuais estão voltadas ao fracasso. Lembro-lhe que o Partido Social-Democrata aprovou, há bem pouco tempo, uma Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor Leste.

Por outro lado, considero extremamente importante — até pela intervenção do Sr. Deputado João Amaral — que sobre o processo complexo da regionalização exista maior participação. Se as comissões eventuais não trabalham, que o façam! Estamos todos aqui para trabalhar!...

O problema de raiz que coloca é o de saber se as comissões eventuais devem existir, uma vez que, na sua opinião, elas não trabalham. Mas se elas não trabalham, é por culpa nossa. Portanto, que trabalhem!...

Então, num processo tão importante como é o da regionalização, em que houve todo um trabalho anterior, em que se criaram expectativas, em que houve a participação de assembleias municipais, em que houve

milhentas reuniões — e de certeza que o Sr. Deputado Mendes Bota esteve no Algarve e noutras partes do País a debater as perspectivas do Partido Social-Democrata sobre o problema da regionalização —, o problema de fundo que coloca é o de saber se devem existir comissões eventuais?!

Penso que elas devem existir e ser amplamente participadas, para que se amplie o debate ao todo nacional. Aí é que está a grande diferença! É que nós, Os Verdes, achamos que o que falta e o que é importante é que haja uma maior participação do indivíduo na coisa pública, que haja uma maior informação.

Apelo ao Partido Social-Democrata e à Juventude Social-Democrata para que votem a favor da constituição da nossa comissão eventual. Isto porque se trata de um problema nacional, trata-se de um problema que é importante que hoje em dia seja amplamente discutido pelo todo nacional. É que o problema do Campo de Tiro de Alcochete não é exclusivamente o problema do campo de tiro, mas é muito mais do que isso! É toda uma filosofia de vida que queremos!

Para terminar, dir-lhe-ei que o importante é que as comissões trabalhem. Ainda por cima é o Sr. Deputado — que é uma das pessoas que mais tem trazido problemas, nomeadamente os do Algarve, e que, de certeza, está empenhado em todos este processo — quem me vem dizer que é melhor não ser criada uma comissão eventual porque as comissões não trabalham! Que trabalhem! Responsabilizemo-nos todos nós, deputados, para que elas funcionem. Aliás, o Sr. Deputado tem de resolver o problema da contradição. O Partido Social-Democrata votou a favor da Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor Leste e agora não vota a favor desta comissão eventual porque ela não trabalha. Como é que é? Como é que vai ser o trabalho da Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor Leste?!

Vozes do PSD: — É diferente!

A Sr.^a Maria Santos (Os Verdes): — É diferente?! Esta é muito importante!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

O Sr. Carlos Lilaia (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de explicitar o sentido de voto do Partido Renovador Democrático relativamente à constituição desta comissão eventual gostaria de lembrar aquilo que para o PRD é importante em matéria de processo de regionalização.

Quando o PRD fala em regionalização está a referir-se a um processo em que estão em causa três questões fundamentais: um desenvolvimento económico regionalmente mais equilibrado, com o aproveitamento integral dos recursos naturais e humanos e potencialidades de todas as regiões; uma modernização da Administração Pública, com a aproximação do poder aos cidadãos e maior celeridade e eficácia na resolução dos problemas, o que passa também pela desconcentração da administração pública central; a devolução às regiões de capacidade de auto-administração, permitindo às populações a participação nas decisões que lhes dizem especificamente respeito, através dos órgãos de autarquia regional — a região administrativa —, segundo o artigo 238.^º da Constituição.

A importância que o PRD atribui à criação das regiões administrativas e que se traduziu já na apresentação de um projecto de lei quadro das regiões administrativas e num

grande esforço para aprofundar o debate democrático, com vista à obtenção dos consensos necessários ao lançamento do processo, decorre de se considerar que se torna necessário concluir o edifício institucional previsto na Constituição, como forma de terminar com hesitações e álibis para a não execução de medidas estruturais urgentes.

Acerca que o aprofundamento da democracia e da participação, a valorização positiva das diferenças e a recusa de uma uniformização alienante e insuficiente são valores que se impõem por si próprios e que por si sós se justificam.

As regiões administrativas são instrumentos para tornar concretos aqueles valores e estariam plenamente justificadas por esse motivo.

Nas condições actuais, face a uma administração central rotineira, anquilosada e burocratizada e incapaz de se autoregenerar, sem uma forte motivação exógena, a região administrativa é a única aposta séria com vista à modernização e desconcentração da Administração Pública.

Além disso, o desenvolvimento económico e social das regiões exige a mobilização integral de todos os recursos e potencialidades e isso, nas condições actuais, só pode ser feito por órgãos especificamente regionais.

A incapacidade cronicamente demonstrada pela administração central para se modernizar, para se desconcentrar e para definir e conduzir uma política regional aumenta a convicção de que a criação de regiões administrativas é o núcleo central do processo de regionalização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nossa opinião, estamos a votar, neste momento, a questão política mais importante que foi colocada a este Plenário durante esta 1.ª sessão legislativa da V Legislatura. Por isso, em nosso entender, aquilo que hoje vamos votar é sobretudo uma tomada de posição, extremamente importante, das diferentes forças políticas relativamente à questão de saber quem é contra o avanço da regionalização e quem pretende, através dos mais variados e diferenciados obstáculos, continuar a obstaculizar o avanço desse processo de regionalização.

Pela primeira vez nesta 1.ª sessão legislativa da V Legislatura vai aqui ficar muito claro, em termos de país, quem são as forças políticas que estão contra e as que estão a favor do processo de regionalização.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Não apoiado!

Uma voz do PSD: — Isso é falso!

O Orador: — Sr. Deputado, tenha calma... Quando eu acabar a minha intervenção pode fazer a sua.

Como dizia, para o PRD esta questão é extremamente, importante e gostaria de chamar a atenção da Câmara para o facto de, relativamente a esta matéria, o PRD ser, provavelmente, a única força política que não vai alterar a sua posição. Isto porque a posição que vamos tomar hoje é a mesma que tomámos aquando da votação que aqui fizemos na última sessão legislativa relativamente à criação da comissão eventual.

Fazemos isso porque o PRD, como sempre tem afirmado, quando está a analisar uma proposta analisa-a em função do mérito ou demérito dessa mesma proposta, e não atendendo à cor da força política que a apresenta.

Por outro lado ainda, gostaria de referir que nada se modificou relativamente à votação que aqui fizemos. Nessa altura, em representação do Partido Renovador Democrático, tive oportunidade de dizer que o PRD votava favoravelmente a constituição de uma comissão eventual de regionalização «na convicção de que essa é a melhor forma

para conferir celeridade e profundidade aos debates sobre a criação das regiões administrativas».

E dizia mais: «Os deputados, libertos assim de uma actividade rotineira e por vezes pesada, que é o trabalho de comissão, e, em particular, da Comissão de Administração Interna e Poder Local, poderão dedicar o seu tempo e o melhor do seu esforço à procura das melhores soluções para o avanço do processo de regionalização no nosso país.»

Em nosso entender, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aquilo de que efectivamente se trata é de libertar a Comissão de Administração Interna e Poder Local de uma tarefa que é de grande fôlego e que, em nossa opinião, só tem condições de ser desenvolvida no âmbito de uma comissão eventual.

Vamos, portanto, manter a posição que tínhamos tomado anteriormente. Não temos nada a ver com a cor das forças políticas que aqui apresentam as propostas, pelo que mantemos a nossa posição quando entendemos que ela é de manter. É, de facto, com grande surpresa que vemos aqui alterada radicalmente a posição de todas as forças políticas relativamente a esta matéria!

Gostaria ainda de fazer um breve comentário à intervenção do Sr. Deputado Mendes Bota.

Com grande preocupação da sua parte — pareceu-me —, o Sr. Deputado Mendes Bota apresentou como argumento para a não criação de novas comissões o facto de haver partidos com poucos deputados que teriam dificuldade em participar nessas comissões. Sr. Deputado Mendes Bota, com toda a consideração que tenho por V. Ex.^a, não me inibo de dizer que entendo isso como um certo cinismo político da sua parte, porque o Sr. Deputado não tem que se preocupar com os outros grupos parlamentares. Pela minha parte, devo dizer-lhe que, no que diz respeito ao PRD e no meu caso pessoal, estaremos na primeira linha de trabalho para participar nesta comissão eventual para a regionalização ou outras que venham a ser criadas. Sr. Deputado, não se preocupe com essa questão!

Aliás, parece-me que até seria positivo para o seu grupo parlamentar — que provavelmente terá deputados em excesso — a criação de novas comissões, porque aí sempre poderiam encontrar alguma ocupação.

Está perfeitamente claro qual é o sentido de voto do PRD relativamente a esta matéria.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Deputado Carlos Lilaia, ouvi com atenção a sua intervenção, mas não fui capaz de discernir — talvez o deteto seja meu — qual a razão por que V. Ex.^a liga a importância que o seu partido dá ao problema da regionalização à criação adjectiva, processual, de uma comissão eventual.

Isto é, já que nesta fase o PRD está a balancear — quando há votações fora do hemicírculo vota com o PSD e dentro do hemicírculo vota a favor do Partido Comunista —, pergunto se, de todas as vezes que surgir uma lei importante, o PRD vai propor imediatamente a formação de uma comissão eventual para que ela seja retirada da comissão permanente em nome da celeridade, em nome da objectividade e para dizer que quem é a favor da importância desta lei é pela comissão eventual e que quem não quer essa lei vai para a comissão permanente?

Quer dizer, no entender do PRD, para a comissão permanente vão deputados de 2.º, para a comissão eventual vão deputados de 1.º

Não percebi o critério!

Para o PRD, todas as vezes que há uma lei importante constitui-se uma comissão eventual e em função da votação nessa comissão é que se vai asserir da posição que um partido tem, a favor ou contra a lei?

Não percebo, pois, a ligação que V. Ex.^a estabelece em relação a esse assunto.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Sr. Deputado Carlos Lilaia, tenho V. Ex.^a na ideia de uma pessoa que sabe respeitar os outros, que defende aqui as suas ideias, mesmo quando elas não são efectivamente as mesmas dos deputados das outras bancadas.

No entanto, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que me ofendeu, não só a mim em particular, mas também à bancada do PSD em geral, ao ter aqui afirmado aquilo que eu posso considerar uma enormidade política, ou seja, que rejeitar neste momento a criação de uma comissão eventual para coordenar e orientar o processo de regionalização é estar contra o avanço do processo da regionalização.

Penso que isso não é verdade, refuto inteiramente uma acusação dessas em relação ao PSD e creio que essa terá sido uma afirmação menos pensada, que não se enquadra no espírito de que o processo da regionalização deverá ser uma matéria pensada com profundidade porque é bastante séria e não se compadece com afirmações gratuitas.

Acusou-me de cinismo político, vou fazer-lhe apenas um pequeno comentário sobre isso: é que eu tenho de me preocupar com os pequenos e os grandes partidos desta Assembleia, tenho de me preocupar com todos, da mesma maneira que o Sr. Deputado se preocupa e se tem preocupado na sua actividade parlamentar com aquilo que o PSD diz e faz e com as posições que este partido toma.

O Sr. Deputado afirma que nada mudou desde 22 de Janeiro até hoje, eu diria que praticamente tudo mudou, menos a posição parlamentar do Sr. Deputado. Olhe, começou por mudar com o seu partido, que tinha um peso muito maior, da ordem das várias dezenas de deputados neste hemiciclo, e hoje vale apenas sete votos. E isso poderia ser importante — quem sabe — até na votação do projecto de resolução que está hoje aqui em causa.

Mudou todo o xadrez político e mudou também porque a experiência prática da comissão eventual que existiu demonstrou que, efectivamente, não seria talvez o caminho mais correcto. Nada mudou, só a vontade do Sr. Deputado é que mudou ...

Terminaria dizendo apenas que ofendeu, mas queria atribuir isso a uma menor reflexão da parte do Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

O Sr. Carlos Lilaia (PRD): — Respondendo em primeiro lugar ao Sr. Deputado Narana Coissoró, direi que obviamente não defendo que sempre que haja uma lei importante se crie uma comissão eventual. Nada disso, Sr. Deputado! Aquilo que defendo é que neste caso, pelas razões que há pouco expliquei, e, nomeadamente, pelas referências que fiz quanto à posição que tomámos ao votarmos no passado a comissão eventual, é o peso das tarefas rotineiras, como o Sr. Deputado sabe muito bem, que caem sobre a Comissão de Administração Interna e Poder Local e que não deixam margem para o lançamento

de um trabalho tão profundo e exaustivo como é, naturalmente, um processo de regionalização.

Penso que só por isso está justificada a importância que nós damos à criação de uma comissão eventual para o processo de regionalização.

Relativamente a outros casos, eles terão, naturalmente, de ser vistos em função da sua importância e da sua dignidade.

Quanto ao Sr. Deputado Mendes Bota, gostaria de lhe dizer que comecei, ao fazer as minhas considerações, por chamar a atenção para a consideração e estima que tenho por V. Ex.^a Nunca passaria pela minha cabeça tentar sequer ofendê-lo, mas devo dizer-lhe que aquilo que disse foi pensado e bastante reflectido.

Continuo a dizer e reafirmar que, em minha opinião — e esta opinião tem, naturalmente, um sentido político muito marcado —, o PSD está contra o processo de regionalização. Tenho sérias razões para o afirmar, como já aqui o disse também aquando da discussão do Programa do Governo.

O PSD não tem interesse nenhum, uma vez no poder, em repartir esse poder. Isso está claramente marcado até no enunciado das propostas que o PSD ou o Governo fazem em matéria de regionalização.

Até há bem pouco tempo o PSD foi o campeão da regionalização, do aprofundamento da democracia e da participação dos cidadãos, como se pode ler até no vosso programa de partido e no vosso anterior Programa de Governo. É, pois, de lamentar que neste Programa de Governo a única referência exclusiva que se faz em matéria de regionalização é a possibilidade de apresentação de uma lei quadro de atribuições e competências exclusivamente para as autarquias regionais.

Não me venha o Sr. Deputado dizer que com isto pretendeu o Governo e o seu partido levar para a frente o processo de regionalização.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (ID): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejávamos afirmar, em primeiro lugar, que para nós não constitui elemento de apreciação de um projecto saber quem é o seu autor e muito menos a preocupação quanto a ele provir ou não do Partido Comunista, porque para nós estão já alastrados os tempos em que este partido era objecto de um conhecido e intenso preconceito por parte dos poderes constituídos. O que para nós é importante é que não se interrompa nem se pare a dinâmica da regionalização, já largamenteposta em marcha.

E isto por várias razões, a primeira das quais porque se criou uma expectativa no País no sentido de que a regionalização se encaminhava para ser uma realidade.

Em segundo lugar, porque se trata de dar cumprimento à própria Constituição e ao poder local democrático, na medida em que as regiões são a cúpula, ainda por realizar, desse mesmo poder local democrático.

Naturalmente que se falou e se tem falado muito em ponderação a propósito da regionalização. Simplesmente, para nós, embora aceitemos que o processo deva ser um processo ponderado, ponderação não pode ser igual a inércia. Estão em causa, convém também não esquecer, os interesses das populações das futuras regiões, já que as regiões não só implicam a desconcentração, isto é, a transferência de funções, mas também — o que não é mais importante, bem pelo contrário — a descentralização, que é a transferência de poderes.

E parece-nos que não há forma de compatibilizar o interesse afirmado pela regionalização com posições de adiamento, nomeadamente invocando-se a próxima revisão constitucional, quando não se sabe sequer quando ela estará terminada e se virá ou não a abranger esta matéria.

Os argumentos que aqui foram invocados contra a criação desta comissão eventual proposta no projecto de resolução são, naturalmente, argumentos que provariam demais porque podem ser invocados contra a constituição de qualquer outra comissão eventual.

Por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estão em causa os interesses que referimos, ou seja, que as populações e o poder local democrático possam a vir a contar com a institucionalização das regiões, um processo largamente posto em marcha em todo o País, aliás com a participação de todas as forças políticas representadas nesta Câmara, que não deve ser interrompido.

Portanto, tendo em conta todos estes factos, e com a ponderação que é necessária, mas sem a confundir com uma situação de inércia, votaremos favoravelmente o projecto de resolução, como votaremos quaisquer iniciativas tendentes a não fazer estagnar o processo de regionalização, indo ao encontro da expectativa das populações.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma curtíssima intervenção.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem a palavra. Informo-o de que só dispõe de um minuto.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Consideramos que este debate foi esclarecedor. Se um dos nossos objectivos era chamar a atenção para a necessidade de prosseguir o processo de regionalização, podemos dizer que esse objectivo foi plenamente atingido.

Por outro lado, era também nosso objectivo encontrar fórmulas orgânicas que conduzissem à aceleração desse processo. As afirmações aqui feitas pelo Sr. Presidente da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente demonstram que da sua parte há empenho e interesse no processo.

Podemos dizer que, no saldo deste debate, é o próprio Plenário que encarrega a comissão de estabelecer um calendário adequado. Pela nossa parte, em comissão faremos propostas concretas tendentes a isso.

Entretanto, Sr. Presidente — e para terminar —, faço um voto: esperamos sinceramente que daqui a alguns meses a leitura desta acta não venha a demonstrar que houve quem, por estar contra a regionalização, tivesse votado na anterior legislatura a favor da criação de uma comissão eventual e nesta legislatura tivesse votado contra a sua criação.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, atingimos o período do intervalo.

Assim sendo, a sessão reabrirá às 18 horas, sob a presidência da Sr.^a Vice-Presidente Manuela Aguiar, a fim de se proceder à votação do projecto de deliberação n.^o 3/V, do PCP, e da proposta de lei n.^o 4/V.

Está, pois, interrompida a sessão.

Eram 17 horas e 30 minutos.

A seguir ao intervalo assumiu a presidência a Sr.^a Vice-Presidente Manuela Aguiar.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, uma vez que se encontra encerrada a discussão, vamos proceder à votação na generalidade da proposta de lei n.^o 4/V — Autoriza o Governo a aprovar o Estatuto da Imprensa Regional

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, votos contra do PS, do PCP, do PRD e da ID e a abstenção de Os Verdes, registando-se a ausência do CDS.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa dois requerimentos de baixa à comissão desta proposta de lei, um deles apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e o outro pelo Grupo Parlamentar do PS.

Uma vez que o conteúdo de ambos visa precisamente o mesmo fim, o Sr. Secretário irá ler o primeiro — o do Grupo Parlamentar do PSD —, o qual será votado de imediato, prejudicando, necessariamente, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Assim sendo, o Sr. Secretário irá proceder à leitura do referido requerimento.

Foi lido. É o seguinte:

Requerimento

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do artigo 191.^o do Regimento, requer-se a baixa à Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da proposta de lei n.^o 4/V, respectante a pedido de autorização legislativa.

A baixa ora requerida terá lugar pelo prazo máximo de dez dias.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, vamos proceder à votação deste requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.^a Presidente: — Gostaria de perguntar ao Grupo Parlamentar do PS se considera ou não prejudicado o seu requerimento.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr.^a Presidente, consideramo-lo prejudicado, já que o seu objectivo é idêntico.

A Sr.^a Presidente: — Tenho indicação de que Os Verdes irão apresentar uma declaração de voto por escrito.

Gostaria que tal me fosse confirmado.

A Sr.^a Maria Santos (Os Verdes): — É correcto, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, vamos proceder à votação do projecto de deliberação n.^o 3/V, do PCP.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS, votos a favor do PCP, do PRD, da ID e de Os Verdes e abstenções dos deputados independentes Helena Roseia, Teresa Santa Clara Gomes e Alberto Martins.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, nada mais havendo a tratar, vou dar por encerrada esta sessão.

A próxima sessão terá lugar na quinta-feira, pelas 15 horas, integrando período de antes da ordem do dia.

Do período da ordem do dia consta a discussão da proposta de lei n.º 2/V — Regime disciplinar aplicável aos objectores de consciência.

Está, pois, encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 17 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adão José Fonseca Silva.
Álvaro Cordeiro Dâmaso.
Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.
António Abílio Costa.
António José Coelho de Araújo.
Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
José de Vargas Bulcão.
Manuel Ferreira Martins.
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.

Partido Socialista (PS):

António Magalhães da Silva.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
Hélder Oliveira dos Santos Filipe.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Luís da Costa Catarino.
José Ernesto Figueira dos Reis.

Partido Comunista Português (PCP):

António Anselmo Aníbal.
Maria Odete Santos.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Álvaro José Rodrigues Carvalho.
António Manuel Lopes Tavares.
António Maria Pereira.
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Jaime Carlos Marta Soares.
José Assunção Marques.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Coelho dos Santos.
Manuel da Costa Andrade.
Marília Dulce Coelho Raimundo.
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
Rui Manuel Almeida Mendes.

Partido Socialista (PS):

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
António Cândido Miranda Macedo.
António José Sanches Esteves.
Helena de Melo Torres Marques.

José Luís do Amaral Nunes.

José Manoel Oliveira Gameiro dos Santos.
Manuel António dos Santos.

Partido Comunista Português (PCP):

António José Monteiro Vidigal Amaro.
Cláudio José dos Santos Percheiro.
Lino António Marques de Carvalho.
Manuel Anastácio Filipe.
Maria de Lurdes Dias Hespanhol.

Partido Renovador Democrático (PRD):

José da Silva Lopes.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.

**Declaração de voto entregue na Mesa relativa à votação
da proposta de lei n.º 4/V**

O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, absteve-se na votação da proposta de lei n.º 4/V porque, reconhecendo embora a necessidade e a urgência do Estatuto da Imprensa Regional, considera que o articulado proposto revela ambiguidades que não ficaram esclarecidas no debate e por considerar que o pedido de autorização legislativa não é a melhor forma de legislar neste caso, impedindo que a Assembleia da República, nomeadamente através de um trabalho de comissão, possa contribuir para a elaboração do Estatuto da Imprensa Regional.

Assembleia da República, 27 de Outubro de 1987.—
Pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes,
Herculano Pombo.

**Declarações de voto entregues na Mesa relativas à votação
do projecto de deliberação n.º 3/V**

Ao votar no sentido de abstenção o projecto de deliberação n.º 3/V, relativo à constituição da comissão eventual para a regionalização do processo legislativo relativo às regiões administrativas, faço-o no pressuposto do entendimento da regionalização como instrumento estruturante da renovação do Estado, aprofundamento da democracia e garantia de solidariedade entre parcelas do território nacional.

Tenho, porém, fundadas reservas quanto ao meio processual proposto e à calendarização apresentada.

Daí a abstenção de voto.

A Deputada Independente, *Helena Roseta.*

Ao votar no sentido de abstenção o projecto de deliberação n.º 3/V, relativo à constituição da comissão eventual para a regionalização do processo legislativo relativo às regiões administrativas, faço-o no pressuposto do entendimento da regionalização como instrumento estruturante da renovação do Estado, aprofundamento da democracia e garantia de solidariedade entre parcelas do território nacional.

Tenho, porém, fundadas reservas quanto ao mérito processual proposto e à calendarização apresentada.

Daí a abstenção de voto.

A Deputada Independente, *Teresa Santa Clara Gomes*.

Tenho, porém, fundadas reservas quanto ao mérito processual proposto e à calendarização apresentada.

Daí a abstenção de voto.

O Deputado Independente, *Alberto Martins*.

Ao votar no sentido de abstenção o projecto de deliberação n.º 3/V, relativo à constituição da comissão eventual para a regionalização do processo legislativo relativo às regiões administrativas, faço-o no pressuposto do entendimento da regionalização como instrumento estruturante da renovação do Estado, aprofundamento da democracia e garantia de solidariedade entre parcelas do território nacional.

Rectificação ao n.º 9, de 9 de Outubro de 1987

Na p. 215, col. 2.º, l. 3, na lista dos deputados que estiveram presentes à reunião não deve constar o nome do deputado António Alves Marques Júnior (PRD).

As REDACTORAS: *Cacilda Nordeste e Ana Maria Marques da Cruz*.

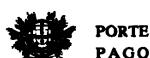
DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicar-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 4\$; preço por linha de anúncio, 86\$.

3 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

4 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 96\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex